

# SDEA

SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO  
EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER

Azores Business Development Society

7  
A  
7



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores

Tel. +351 296 309 100  
Tel + 351 295 217 664

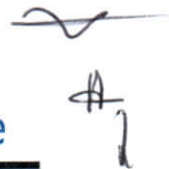
Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro| 9500-119 Ponta Delgada  
Rua Direita 52-2º | 9700-066 Angra do Heroísmo

www.sdea.pt  
geral@sdea.pt

---

## Índice

Mensagem do Presidente.....	1
Estrutura Orgânica e Recursos Humanos.....	2
1. Capacitação e Desenvolvimento Empresarial.....	8
2. Promoção e Valorização Produtos Açorianos.....	14
3. Internacionalização da Economia Açoriana.....	35
4. Inovação e Empreendedorismo.....	45
5. Instrumentos Financeiros.....	56
6. Projetos Estruturantes.....	60
7. Proposta de Aplicação de Resultados.....	62
8. Demonstrações Financeiras.....	63
9. Demonstrações Orçamentais.....	93
10. Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	99



## Mensagem do Presidente

---

O ano de 2018 foi desafiante para todos nós.

O facto de vivermos um novo ciclo económico, alavancado pelo sector do Turismo, mas transversal a todos os sectores de atividade, colocou-nos perante novos desafios.

Para darmos resposta a esta nova realidade procedemos a uma reestruturação interna, que permitiu à organização alocar os recursos necessários para sermos mais eficientes e para consolidarmos a nossa posição enquanto parceiro estratégico das empresas açorianas, dos empreendedores e todos aqueles que escolheram os Açores para investir.

A nossa atuação focou-se no acompanhamento empresarial, no fomento ao empreendedorismo e inovação, no evidenciar os aspetos diferenciadores da região junto de potenciais investidores, na internacionalização da nossa economia, no fomento das exportações e na valorização dos produtos açorianos agregados sob Marca Açores.

Toda a equipa da SDEA mostrou-se fortemente comprometida com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos definidos, o que nos permitiu contribuir para elevar o nível de competitividade das empresas açorianas e atrair investimentos alicerçados numa política de sustentabilidade económica e social.





## Estrutura Orgânica e Recursos Humanos

---

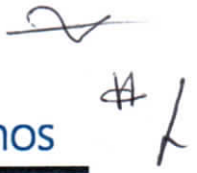
A SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013/A, de 19 de fevereiro, que também aprovou os respetivos estatutos, e tem por missão contribuir para a conceção e execução de políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade das empresas açorianas, bem como da promoção da inovação e do empreendedorismo.

Assumimos como Visão ser um parceiro estratégico dos agentes económicos da Região no fomento do desenvolvimento sustentado da economia regional, bem como uma referência no contexto empresarial regional num permanente esforço de aperfeiçoamento e de melhoria.

A Transparência, o Rigor, a Inovação, a Liderança, a Paixão, a Excelência, a Cooperação, a Ética e a Obtenção de Resultados, foram definidos como Valores fundamentais da organização, essenciais para atingirmos os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Alargar a base económica de exportação e promover a internacionalização das empresas regionais, visando o aumento da sua competitividade e a contribuição para o equilíbrio da balança comercial açoriana;
- Captar investimento externo, nacional e estrangeiro, que contribua para a criação de emprego e para a qualificação e valorização dos recursos humanos locais e produtos e serviços regionais;
- Estimular o investimento, a modernização e a sustentabilidade das empresas regionais, no âmbito da Estratégia de Especialização



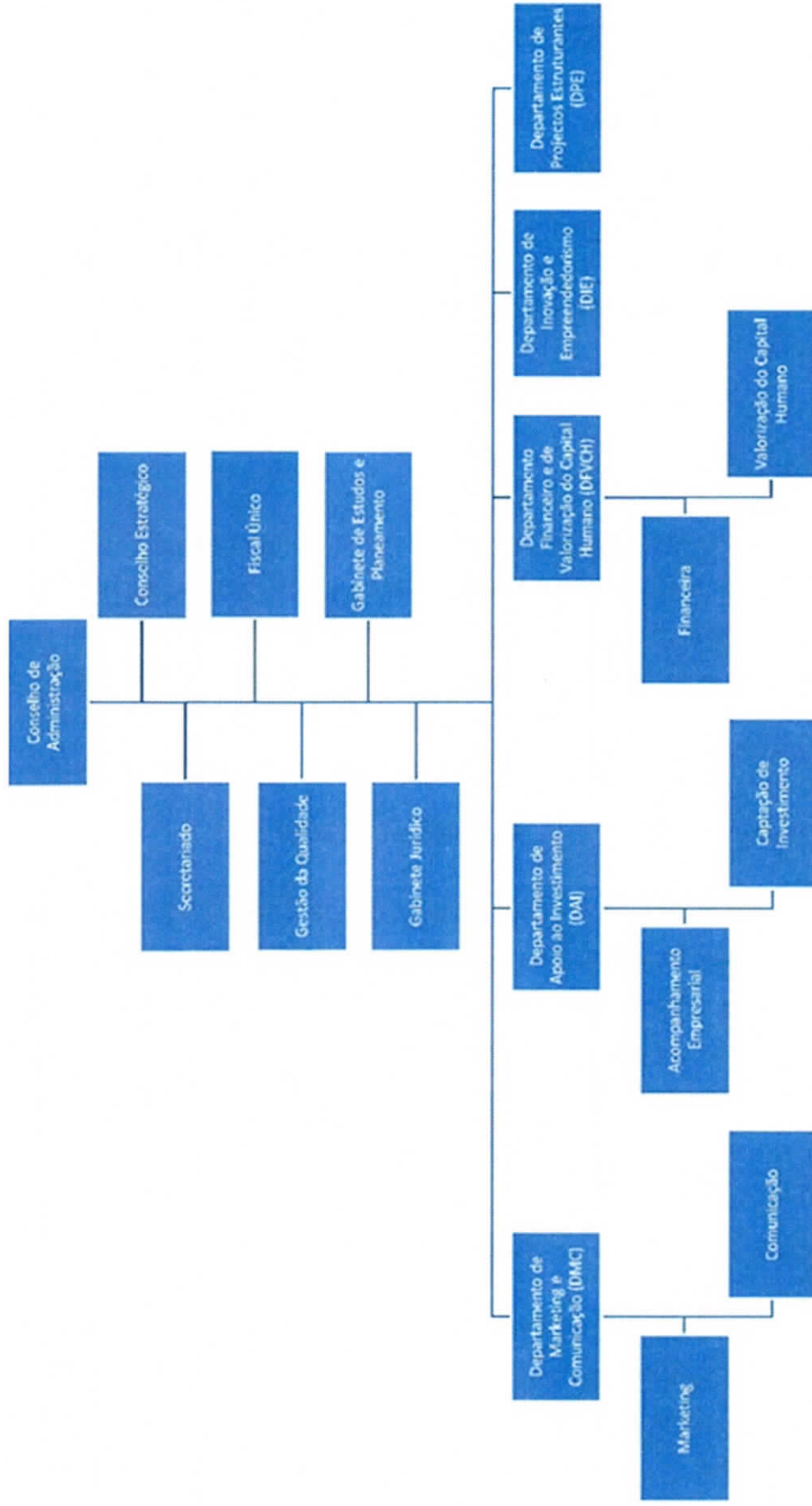


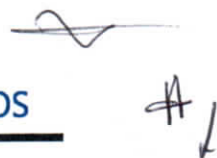
- Inteligente, definida pelo Governo dos Açores, nas áreas estratégicas do Agroalimentar, do Turismo, da Economia do Mar e das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Promover a transformação digital e a introdução da Indústria 4.0 no sector empresarial açoriano com vista à sua crescente integração e competitividade na economia global;
  - Fomentar o empreendedorismo e a inovação através do estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis com forte componente de criação de valor;
  - Reforçar na organização uma cultura de exigência e excelência, alicerçada no *Customer Experience*, na ótica da melhoria contínua da organização;
  - Definir e desenvolver uma Cultura de Empresa, em que todos os colaboradores se sintam motivados e comprometidos com a organização no cumprimento dos seus objetivos;
  - Manter um foco permanente na Satisfação dos Clientes;
  - Melhorar o desempenho da organização implementando medidas de incremento de eficiência nos processos e procedimentos, numa permanente procura de otimização de resultados.

A atividade da SDEA abrange não só iniciativas de natureza conjuntural, que procuram essencialmente responder aos desafios decorrentes da situação económica, mas também políticas de carácter estrutural, com as quais se pretende melhorar o nível de competitividade das empresas, proporcionar melhores condições de empregabilidade e, deste modo, impulsionar o crescimento da economia açoriana a médio e longo prazo.

Constituem órgãos da SDEA, EPER o Conselho Estratégico, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A estrutura organizacional da SDEA consta do seguinte organograma:





Para além dos órgãos definidos nos termos do artigo 12.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013/A, de 19 de fevereiro – o Conselho de Administração, o Conselho Estratégico e o Fiscal Único – a SDEA, EPER é constituída pelas seguintes unidades técnicas e operacionais:

#### **GABINETE JURÍDICO (GJ)**

Tem como objetivo dar suporte jurídico, de forma transversal, a toda a organização, por via da prestação de apoio jurídico ao Conselho de Administração, da emissão de pareceres e consultoria jurídica a todos os departamentos e do desenvolvimento de toda a logística necessária à prossecução dos objetivos da SDEA, EPER.

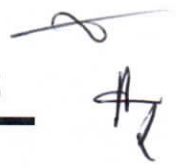
#### **GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO (GEP)**

Constituindo um núcleo de apoio transversal a toda a organização, tem como objetivo dar suporte técnico às várias áreas de atuação da SDEA, EPER em termos de recolha e tratamento de dados quantitativos e qualitativos relativos ao mercado, que se considerem relevantes para a atividade da organização e para a elaboração de estudos e de outros trabalhos de apoio ao Conselho de Administração.

#### **DIREÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES (DPE)**

Consubstancia um polo de conhecimento técnico específico e especializado que tem como principal objetivo acompanhar os vários projetos estruturantes para a Região Autónoma dos Açores, quer em fase de execução, quer em fase de delineação, bem como aprofundar a conceção e o desenvolvimento de políticas visando a concretização dos objetivos estratégicos da organização.





### **DIREÇÃO INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO (DIE)**

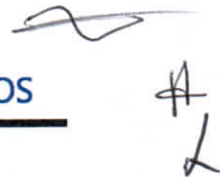
Apresenta como principais funções o Fomento do Empreendedorismo e da Inovação, a promoção da Capacitação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e o impulso da Transformação Digital, e bem assim, a dinamização de um ecossistema inovador, coerente e empreendedor, base fundamental ao incremento do número de empresas inovadoras e promotoras de emprego e de criação de riqueza no arquipélago açoriano.

### **DIREÇÃO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO (DMC)**

O trabalho desenvolvido por esta direção assenta em duas áreas funcionais distintas: a área do Marketing e a área da Comunicação. No que se refere à primeira, as suas principais funções consistem na gestão e desenvolvimento da Marca Açores, em todas as suas múltiplas vertentes, na participação em feiras e na organização de missões empresariais para a promoção dos produtos regionais em mercados nacionais e internacionais. Em relação à área da Comunicação, é responsável por toda a comunicação da empresa, quer em termos internos, quer na ligação com o tecido empresarial.

### **DIREÇÃO DE APOIO AO INVESTIMENTO (DAI)**

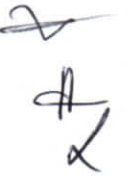
A sua atividade encontra-se estruturada em três vetores funcionais: o Acompanhamento Empresarial, focado na prestação de apoio e serviços, garantindo um acompanhamento personalizado, durante todo o ciclo de vida da empresa, a Captação de Investimento, que visa desenvolver e coordenar uma rede de angariação de investimento que promova os sectores prioritários da Região, a Gestão de Instrumentos Financeiros de apoio à capacitação do tecido empresarial regional.



Constitui, ainda, um elemento facilitador no relacionamento dos investidores com as todas as entidades públicas e privadas locais.

#### **DIREÇÃO FINANCEIRA E DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO (DFVCH)**

Assumindo uma natureza de apoio transversal a toda a organização, esta Direção estrutura-se em duas grandes áreas funcionais: a área Financeira, que tem como funções desenvolver as atividades administrativas e financeiras, subjacentes a toda a atividade da SDEA, EPER, e a área da Valorização do Capital Humano, que detém a responsabilidade da gestão da política de Recursos Humanos e dos Projetos de Candidaturas ao Programa Operacional Açores 2020.



## 1. Capacitação e Desenvolvimento Empresarial

---

### 1.1. Desenvolvimento de Políticas Empresariais

Proseguimos o trabalho permanente de estudar e proceder à elaboração de legislação específica para o desenvolvimento de políticas empresariais, assim como para a sua implementação, visando melhorar continuamente o desempenho do nosso tecido empresarial.

#### 1.1.1. Zona Económica Especial – *Azores Business Center*

No âmbito do PREIT foi decidido criar uma zona económica especial, abrangendo o Porto da Praia da Vitória, o Aeroporto das Lajes e zonas envolventes.

Pretende-se que esta zona económica especial corresponda a uma área espacialmente delimitada, no âmbito da qual se prevê um conjunto de condições (de natureza institucional, logística, operacional, fiscal, entre outras) favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas por parte das empresas que aí operem.

A denominar-se de *Azores Business Center*, está previsto que esta zona económica especial se operacionalize em torno dos seguintes clusters setoriais:

- o Cluster Industrial e Comercial, onde serão desenvolvidas atividades de produção, transformação de bens, logística e outras que tenham, predominantemente, por objeto os bens tangíveis.
- o Cluster de Serviços, onde serão desenvolvidas atividades relativas à prestação de serviços e outras que não tenham por objeto, predominantemente, os bens tangíveis.





- o Cluster dos Transportes, que contemplará um registo internacional de navios e um registo internacional de aviões.

Para as entidades que operem na *Azores Business Center* pretende-se também implementar um conjunto de benefícios de âmbito fiscal, destacando-se:

- Uma taxa reduzida de IRC, com isenção de derramas municipais e estatais aplicáveis aos rendimentos obtidos fora de Portugal.
- A criação de um incentivo para o reinvestimento na atividade de lucros elegíveis, por via de um diferimento parcial do pagamento do IRC até ao momento da realização de operações de distribuição de lucros aos sócios (ou operações com efeito económico equivalente).
- A previsão de um meio alternativo para eliminação da dupla tributação jurídica relativamente a rendimentos obtidos no exterior de Portugal.
- Incentivos para atividades de transporte internacional desenvolvidas no âmbito dos registos internacionais de navios e aviões.

Paralelamente antecipa-se também a criação de diversos incentivos de natureza não fiscal, como sejam a existência de “*one stop shop*”, condições operacionais de vanguarda, mediante a disponibilidade de um serviço básico de “*business support*”, contratos de estabilidade fiscal e a existência de competências tributárias locais.

Ao longo de 2018 deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto, designadamente com a atualização do enquadramento fiscal do ABC tendo em conta as alterações legislativas ocorridas desde 2015, nomeadamente os Orçamentos do Estado para 2016, 2017 e 2018.

No entanto, face aos indicadores económicos positivos e ao crescimento da economia açoriana, em particular da Ilha Terceira, foi publicamente assumido, pelo Governo dos Açores, em 2018, a dificuldade na operacionalização do ABC.

## 1.2. Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

Procedeu-se à elaboração de documentos de apoio à decisão, no âmbito do planeamento e desenvolvimento estratégico, versando matérias tanto de base, como prospetivas da economia açoriana, atinentes ao fortalecimento dos seus principais sectores económicos e ao fomento da base económica de exportação da Região.

## 1.3. Azores Cares – Turismo de Saúde e Bem-Estar nos Açores

Considerando os anúncios públicos que foram feitos em matéria de investimento privado na área da saúde, associado a um novo ciclo económico na Região, ajustamos o desenvolvimento deste projeto, em plena consonância com os *stakeholders*, públicos e privados, através da criação de uma marca agregadora capaz de colocar o arquipélago no radar dos investidores internacionais e de potenciais clientes.

Ou seja, este projeto assenta na construção de parcerias com o setor privado, tendo em vista a criação, nos Açores, de produtos turísticos associados ao turismo de saúde e bem-estar, complementares aos tradicionalmente assentes no turismo de natureza, dando-lhes uma visibilidade internacional, que individualmente nenhum deles terá.

Os objetivos passam, desta forma, por criar uma estratégia de promoção conjunta no Turismo de Saúde e Bem-Estar nos Açores; definir um modelo organizacional e de marketing adequado ao funcionamento em rede; aumentar a notoriedade do destino Açores e incrementar valor no setor; valorizar os recursos regionais existentes; valorizar as infraestruturas clínicas aderentes; desenvolver uma base de conhecimento e facilitar aspetos legais e burocráticos que promovam o desenvolvimento do Turismo de Saúde e Bem-Estar nos Açores; contribuir para o desenvolvimento de um ambiente favorável à cooperação empresarial e promover a densificação das relações entre os agentes ao longo da cadeia de valor; promover e valorizar a articulação entre a área do Turismo e outras áreas da atividade económica



regional, tendo em vista a construção de serviços específicos e diferenciados na área do Turismo de Saúde e Bem-Estar nos Açores; monitorizar o desenvolvimento da oferta e da procura na área do Turismo de Saúde e Bem-Estar.

#### **1.4. Otimização Organizacional**

Enquadrados na Otimização Organizacional encontram-se os projetos que sustentem a atividade da organização, tais como, o controlo e execução orçamental, a gestão de tesouraria, o acompanhamento da contabilidade, a preparação de informação financeira, a verificação de procedimentos concursais, a gestão de sistemas de informação e comunicação e ainda a responsabilidade sobre os serviços gerais, recursos materiais e planos de manutenção.

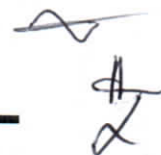
Neste contexto, assumem particular destaque os projetos atinentes ao melhoramento dos processos e dos procedimentos, ao seu escrupuloso cumprimento e a disseminação da informação logística ou outra a todos os nossos colaboradores e parceiros.

##### **1.4.1. Projeto Sistema de Gestão da Qualidade**

Um Sistema de Gestão da Qualidade permite criar o enquadramento certo para a melhoria contínua, de modo a incrementar a probabilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, aplicando boas práticas e assegurando a gestão eficiente dos recursos, indo assim de encontro à Missão e Atribuições da SDEA, que visa o reforço da competitividade e produtividade das empresas açorianas.

O reconhecimento da Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade da SDEA, segundo a norma internacional NP EN ISO 9001:2008, foi atribuído em dezembro de 2015, após processo iniciado em 2014. No ano de 2018, a SDEA teve como desafio, a transição para a Norma NP EN ISO 9001:2015, o que implicou compreender os





conceitos chave, planear a implementação dos requisitos novos e/ou alterados, de modo a aproveitar todos os benefícios da revisão da ISO 9001:2015, visando gerar mais valor para a organização e para os seus clientes.

Apontam-se como vantagens da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade na organização, entre outras:

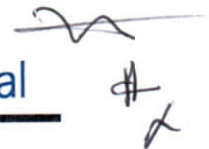
- Organização e melhoria da eficiência organizacional;
- Maior foco nos objetivos da organização e nas expectativas dos clientes;
- Maior responsabilização da equipa;
- Sistematização de tarefas e procedimentos;
- Avaliação e melhoria constante das competências dos colaboradores e da organização;
- Certificação com visibilidade externa e reconhecimento interno e externo.

Importa, pois, dar continuidade a este trabalho de melhoria contínua e garantir que o Sistema de Gestão da Qualidade da SDEA evidencia conformidade com os requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2015 e que a organização dispõe dos recursos, competências e capacidade para assegurar a conformidade dos serviços e as condições para atingir os objetivos que decorrem da sua Missão, da Política e objetivos estabelecidos, o que determina a contratualização de auditorias anuais ao Sistema de Gestão da Qualidade implementado.

#### **1.4.2. Projeto Regulamento Geral da Proteção de Dados**

Com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados em 2018, a SDEA nomeou um dos seus colaboradores como responsável desta área, tendo-lhe proporcionado uma primeira fase formação inicial adequada, tendo-se iniciado os procedimentos necessários.

#### **1.4.3. Sistemas de Informação e Comunicação**



Os sistemas de Informação e comunicação são fundamentais no desenvolvimento da atividade das organizações, nomeadamente ao nível da partilha e robustez da informação, no incremento da eficiência e no controlo da atividade. Em 2018, a SDEA promoveu à reestruturação dos Sistemas de Informação e Comunicação desenvolvendo as seguintes ações:

**a) Projeto Desenvolvimento do Site Institucional**

Início, em 2018, da reformulação do Site Institucional de modo a reunir toda a informação da organização de forma apelativa e intuitiva, criando um visual “*clean*”, moderno e uniforme. Algumas vantagens associadas a esta reestruturação:

- Meio de publicidade constante, flexível e económico;
- Eficácia na divulgação da organização e dos seus projetos, a nível global, 24h por dia;
- Possibilidade de interação com os visitantes;
- Imagem corporativa da entidade e prestígio;
- Presença em diversos mercados;
- Rentabilização de recursos;
- Layout personalizável;
- Páginas com diferentes funcionalidades;

**b) Licenças, Sites e Domínios**

A centralização da gestão dos “sites” e “domínios” no DFVCH permitiu uma melhor otimização de recursos a todos os níveis, conferindo por um lado, uma visão holística e integrada das necessidades, custos e bases de dados existentes, e, por outro lado, um acompanhamento permanente e atento por um técnico devidamente habilitado.



✓  
A  
α

## 2. Promoção e Valorização Produtos Açorianos

---

### Estratégia de Operacionalização da Marca Açores

A Marca Açores assume-se como um dos pilares impulsionadores da promoção interna e externa da Região.

A identificação da Região com uma marca sinónima de qualidade, que diferencia o produto a partir dos atributos mais distintivos dos Açores como a natureza, o elevado valor ambiental, a diversidade e exclusividade natural, revela-se de inegável importância no sucesso de uma estratégia de acesso e fidelização de mercados, tendo em vista induzir valor acrescentado aos produtos e serviços açorianos e fomentar a base económica de exportação.

Com uma natureza transversal a toda a produção regional, a Marca Açores assume-se como uma marca global de referência, uma marca territorial que identifica a oferta dos Açores quer ao nível da promoção turística, quer ao nível da divulgação dos seus produtos e serviços.

Desde a sua implementação, a Marca Açores já foi atribuída a mais de 181 empresas, tendo sido concedidos 3007 selos, distribuídos por produtos, serviços e estabelecimentos, o que demonstra o reconhecimento e valorização que as empresas açorianas atribuem a esta medida.

A Marca Açores pretende, concomitantemente, assegurar que o local de origem dos produtos e serviços é a Região Autónoma dos Açores, estimulando a preferência pelo consumo de produtos regionais e, conseqüentemente, o crescimento da produção. Por outro lado, as ações implementadas visam o reforço de condições estruturantes que facilitem a progressão das empresas na cadeia de valor, através do crescimento da competitividade e criação de emprego e riqueza.



A pertença ao território e à cultura açoriana tem vindo a assumir uma multiplicidade de formas e de expressões, nomeadamente através da utilização da designação territorial “AÇORES” por parte dos produtores de bens e serviços, de uma forma espontânea.

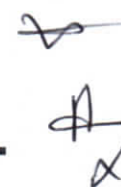
Nos últimos quatro anos, temos vindo a definir um caminho consistente para a Marca Açores através da criação de uma identidade visual e assinatura de marca, que pode ser utilizada por todas as entidades que contribuam para a valorização do território, captação de investimento e fomento da base económica de exportação, com uma arquitetura de marca que possibilita a distinção das diferentes áreas de atuação sem perder coerência e visibilidade.

Para o efeito, têm vindo a ser desenvolvidas campanhas de promoção e comercialização em mercados considerados estratégicos, ao longo de toda a cadeia de valor, com vista à perceção do valor intrínseco à Marca Açores pelo cliente final. Desta forma, a Marca Açores assume duas importantes valências: uma enquanto marca de pertença à Região e ao seu património, e outra como selo de origem para os seus produtos e serviços.

A Marca Açores pode ainda, ser utilizada isoladamente ou em conjugação com outras marcas. O Sistema de Adesão ao selo da Marca Açores abrange todos os produtos alimentares, não alimentares, artesanato, serviços e estabelecimentos aderentes.

A proximidade entre a entidade gestora Marca Açores e as suas empresas foi uma das preocupações que continuou a marcar o ano de 2018, aumentando-se cerca de 20% o número de auditorias realizadas às empresas aderentes à Marca Açores.

A aposta na Marca Açores e na promoção do consumo dos nossos produtos é uma missão continua que tem vindo a dar frutos e que continuará a ser trabalhada com o objetivo de valorizar os produtos açorianos, as suas características únicas e de alta qualidade, com o intuito de promover os Açores como uma Região de excelência e de elevada sustentabilidade.



### 2.1.1. Dados gerais Marca Açores:

A Marca Açores continuou, em 2018, a registar um crescimento tanto ao nível de adesões de novas empresas como de novos produtos. As renovações foram também uma constante.

Apresentamos abaixo os dados gerais das adesões à Marca Açores até 31 de dezembro de 2018.

#### Produtos, Serviços e Estabelecimentos

<b>Dados Gerais – Marca Açores</b>						
N.º de empresas registadas no portal	N.º de empresas/promotores aderentes	N.º de produtos e serviços submetidos no portal	N.º selos atribuídos	N.º de adesões em não conformidade	N.º de pedidos de utilização extra procedimento de adesão	Tempo médio de candidatura
<b>309</b>	<b>185</b>	<b>3244</b>	<b>3079</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>15</b>

<b>Dados Marca Açores - Artesanato</b>				
N.º de artesãos registadas no portal	N.º de artesãos aderentes ao selo	N.º de produtos submetidos no portal	N.º de produtos artesanais c/selo	N.º de produtos em não conformidade
<b>35</b>	<b>21</b>	<b>153</b>	<b>143</b>	<b>0</b>

### Dados Marca Açores - Serviços

N.º de empresas registadas no portal	N.º de empresas aderentes ao selo	N.º de serviços submetidos no portal	N.º de serviços c/selo	N.º de serviços em não conformidade
49	20	58	46	4

### Dados Marca Açores – Estabelecimentos Aderentes

N.º de empresas registadas no portal	N.º de empresas aderentes ao selo	N.º de estabelecimentos submetidos no portal	N.º de estabelecimentos c/selo	N.º de estabelecimentos em não conformidade
38	20	38	22	2

### Dados Marca Açores – Produtos Não Alimentares

N.º de promotores registados no portal	N.º de promotores aderentes ao selo	N.º de produtos submetidos no portal	N.º de produtos c/selo	N.º de produtos em não conformidade
10	2	43	28	5

### Dados Marca Açores - Florestas

N.º de promotores registados no portal	N.º de promotores aderentes ao selo	N.º de produtos submetidos no portal	N.º de produtos c/selo	N.º de produtos em não conformidade
2	1	1	1	0



### Dados Marca Açores – Produtos Alimentares

N.º de empresas registadas no portal	N.º de empresas aderentes ao selo	N.º de produtos submetidos no portal	N.º de produtos c/selo	N.º de produtos em não conformidade
175	121	2951	2839	12

LISTAGEM DE PRODUTOS ALIMENTARES POR SETORES	N.º Produtos
Outros (Algas)	1
Bebidas (Vinhos, Licores e Aguardentes)	86
Frescos e Perecíveis (Carne, Enchidos, Peixe, Frutas, Legumes, Leguminosas, Padaria, Pastelaria e Doçaria)	2227
Lactínios (Leite, Manteiga, Natas, Iogurtes, Gelados e Queijo)	180
Mercearia (Açúcar, Bolachas, Biscoitos, Rebuçados, Mel, Compotas, Conservas, Temperos, Condimentos e Especiarias)	345
<b>Total</b>	<b>2839</b>

LISTAGEM DE PRODUTOS ALIMENTARES POR ILHA	Nº Produtos
Corvo	1
Flores	28
Santa Maria	59
Graciosa	74
Faial	89
São Jorge	58
Pico	118
Terceira	542
São Miguel	1870
<b>Total</b>	<b>2839</b>

### 2.1.2. Campanhas de Promoção de Produtos Açorianos

Em 2018, foi executado um plano de campanhas promocionais dos produtos açorianos com o objetivo de reforçar a imagem dos produtos dos Açores, evidenciando as características associadas à sua natureza, cultura e localização privilegiada da produção, com especial destaque para os produtos certificados e premiados, bem como para os aderentes ao selo Marca Açores

Estas atividades promocionais, realizadas, por vezes, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, visaram dinamizar canais de distribuição específicos, possibilitando o estabelecimento de contatos entre o tecido empresarial açoriano e os “*player’s*” estratégicos nos diferentes mercados, com vista a alavancar a venda dos produtos açorianos.

#### **a) Ações de Promoção no Mercado Regional**

No decorrer deste ano demos continuidade ao trabalho desenvolvido junto das empresas da grande distribuição regional, quer através da conceção de atividades promocionais, da cedência de conteúdos e de mobiliário expositor, bem como através da promoção de ações de degustação e realização de passatempos, atividades estas, levadas a cabo por nós ou em parceria com a CCIA, assentes essencialmente na comunicação e ativação da Marca Açores.

Assim e neste contexto indicamos as ações realizadas em 2018:

- Lojas Guarita promovem produtos Marca Açores – 7 de março a 2 de abril;
- Campanha de Produtos dos Açores nas Lojas SolMar – 18 de abril a 08 de maio;
- Destaque produtos com o Selo Marca Açores nas Lojas Continente Açores – junho;
- Lojas Guarita promovem Campanha “Diga Sim aos Regionais” com destaque para os produtos Marca Açores – de 19 de junho a 18 de julho;
- Feira Agrícola Açores, na ilha Terceira – de 14 a 17 de junho;
- “Venda Açoriana” em Angra do Heroísmo – de 20 de junho a 01 de julho;
- “Venda Açoriana” na Praia da Vitória – de 03 a 12 de agosto;



- AçorExpo 2018 em Ponta Delgada – 07 a 09 de setembro.







#### b) Ações de Promoção no Mercado Nacional

O mercado nacional assume-se como um dos principais mercados no contexto da venda de produtos Açorianos. Neste sentido, temos desenvolvido um conjunto de eventos de promoção e ativação da Marca Açores. Com estas ações verificou-se um aumento do número de produtos disponíveis nas grandes superfícies comerciais, bem como um acréscimo no contacto dos consumidores finais com a Marca Açores e ainda a abertura de novos canais de distribuição.

No âmbito da consolidação da presença dos produtos e serviços Marca Açores no mercado nacional, registou-se a adesão à Marca Açores de quatro novas empresas: a Loja Açores em Picoas, o Quiosque *Simply Azores*, no centro comercial Almada

Fórum, a loja Mercadinho dos Açores, na cidade do Porto e o Restaurante Espaço Açores em Lisboa. Se a estas adesões juntarmos a loja Companhia dos Açores, que aderiu em 2017, são já cinco os espaços “certificados pela natureza” em território continental. Verifica-se assim, que 2018 foi um ano de importante reforço da presença da Marca Açores no território nacional.

Das ações desenvolvidas no mercado nacional destacamos:

- Roadshow *Taste Azores* 2018
  - “Os Sabores de Portugal” no Mercado de Algés – 05 a 11 de fevereiro;
  - XVI Festival Internacional de Chocolate em Óbidos - 10 de março;
  - “Há Festa no Mercado” no Mercado de Alvalade – 24 de março;
  - Inauguração do Quiosque *Simply Azores* no Almada Fórum - 30 de março;
  - Comemoração do Dia da Autonomia e do Divino Espírito Santo no Porto – 20 de maio;
  - Dia Mundial da Criança na loja Companhia dos Açores – 02 de junho;
  - Jardim de infância de Porto Salvo – 19 de junho;
- 20.<sup>a</sup> Feira de Gastronomia de Vila de Conde – de 17 a 26 de agosto
- Promoção dos produtos regionais nos supermercados El Corte Inglés de Lisboa e Vila Nova de Gaia – junho;
- Semana dos Açores na Makro Portugal – setembro;
- 2.<sup>a</sup> Edição *Taste Azores* no Centro comercial Colombo – de 31 de outubro a 04 de novembro;

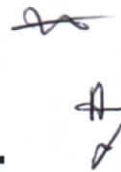


Handwritten marks: a scribble at the top right and the letter 'A' with a checkmark below it.









### 2.1.3. Ação de Promoção Digital e Televisiva

#### o Mundo Marca Açores

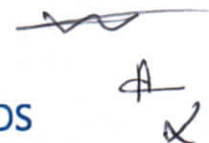
Lançamos em abril de 2017 uma série de 40 programas intitulada “*Mundo Marca Açores*”, que teve continuidade em 2018, e deu origem ao programa radiofónico “*Negócios com Marca Açores*” que semanalmente é transmitido pelo grupo Açormédia para rádio e imprensa escrita, sendo adaptado para ambos os formatos.

Com esta iniciativa manteve-se a aposta na valorização de todas as empresas, serviços e estabelecimentos detentores do selo Marca Açores, com especial destaque para os produtos do setor agroalimentar. Com a continuidade deste programa audiovisual evidenciamos, uma vez mais, a estratégia de promoção dos produtos açorianos, com vista à fidelização e acesso a novos mercados, alargamento da base económica de exportação e reforço da competitividade das empresas regionais.

A rápida identificação dos produtos com o selo Marca Açores e o conhecimento dos métodos de produção utilizados conferem a estes produtos a distinção “certificado pela natureza” e estimula a preferência do consumidor por produtos regionais, com reflexos positivos na economia: crescimento da produção regional, progressão na cadeia de valor, geração de emprego e riqueza.

Emissões audiovisuais Mundo Marca Açores 2018				
Programa	Género	Canal	Local	Período de Emissão
Mundo Marca Açores T1	TV	Portuguese Chanel	EUA	de 05/01/2018 a 30/03/2018
Mundo Marca Açores T1	TV	Gente da Nossa TV/City TV	Canadá e Bermudas	de 20/01/2018 a 27/10/2018 + reemissão de 1 ep de cada ilha durante 9 semanas de 03/11/2018 a 29/12/2018
Mundo Marca Açores T1	TV	SIC Internacional	Portugal, França, Suíça, Bélgica, Luxemburgo, UK, Andorra, Estados Unidos, Canadá, Brasil, Angola, Moçambique, África do Sul, Cabo Verde e Austrália	de 17/09/2018 a 10/11/2018 reemissão 12/11/2018 a 28/12/2018
Mundo Marca Açores T1 e T2	Internet	Facebook, Youtube, Instagram, Tweeter, LinkedIn	Todo o mundo	de 02/01/2018 a 26/12/2018
Negócios com Marca Açores T1	Rádio	TSF e Rádio Clube de Angra	Todo o Mundo	de 15/05/2018 a 30/12/2018
Negócios com Marca Açores T1	Jornal	Açoriano Oriental e Diário Insular	Açores	de 12/06/2018 a 30/12/2018





#### o SIC INTERNACIONAL – ALÔ PORTUGAL ESPECIAL AÇORES

Uma equipa da SIC Internacional visitou em setembro de 2017 as ilhas de São Jorge e Pico para a emissão de um programa “*Alô Portugal especial Açores*” que foi emitido a 14 de janeiro de 2018.

Neste programa foi destacada a produção regional, através de uma visita guiada pelas encantadoras paisagens destas duas ilhas do triângulo. Lacticínios, conservas, vinhos e doçaria tradicional foram alguns dos destaques. Além da produção e gastronomia, a emissão do programa permitiu revelar muito do património natural e cultural das ilhas do Pico e de São Jorge.

Importa ainda a salientar que a SIC Internacional está presente em França, Suíça, Bélgica, Luxemburgo, UK, Andorra, Estados Unidos, Canadá, Brasil, Angola, Moçambique, África do Sul, Cabo Verde e Austrália, alcançando mais de 10 milhões de telespetadores.

<https://sic.sapo.pt/Programas/aloportugal/videos/2018-01-15-Alo-Portugal---14-de-Janeiro>

#### 2.1.4. Feiras e Missões Empresariais

As feiras, pela sua natureza, constituem meios de promoção externa de excelência e fundamentais para as empresas acederem a novos mercados, bem como reforçarem a sua presença nos mercados onde já operam, contribuindo ativamente para o aumento da base económica de exportação e processo de internacionalização das empresas açorianas.

Em parceria com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, e de acordo com o modelo de cooperação estabelecido com esta entidade, participamos ativamente nas feiras previstas no Plano Anual de Feiras e Missões Empresariais – *Açores Export 2018*, designadamente:



- SISAB realizada em Lisboa, durante o mês de fevereiro;
- Feira Alimentaria em Barcelona no mês de abril;
- SIAL Montreal em maio



Realizou-se ainda algumas missões empresariais de comitivas que se deslocaram aos Açores, nomeadamente:

- Visita de Empresários das Canárias, em maio;
- Visita da Delegação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes (CITTM), em setembro;
- Visita da delegação da Câmara Municipal de Gaia, em dezembro.

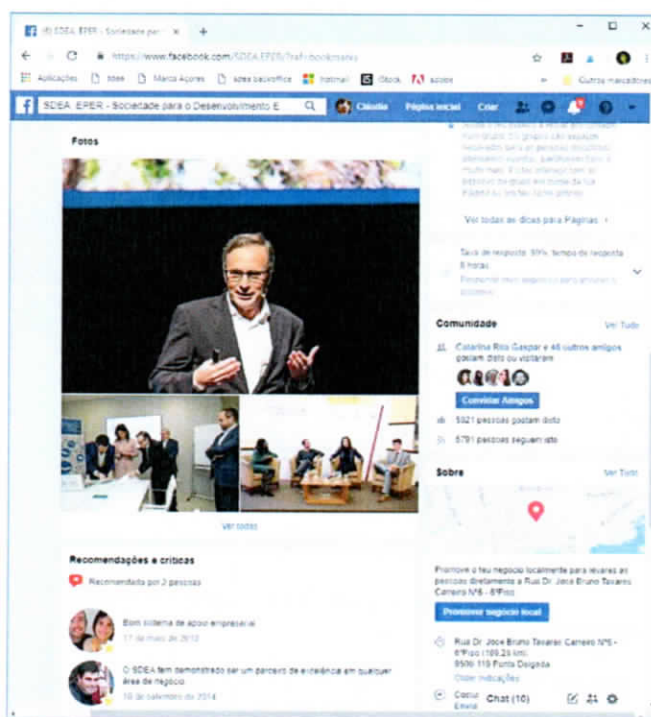
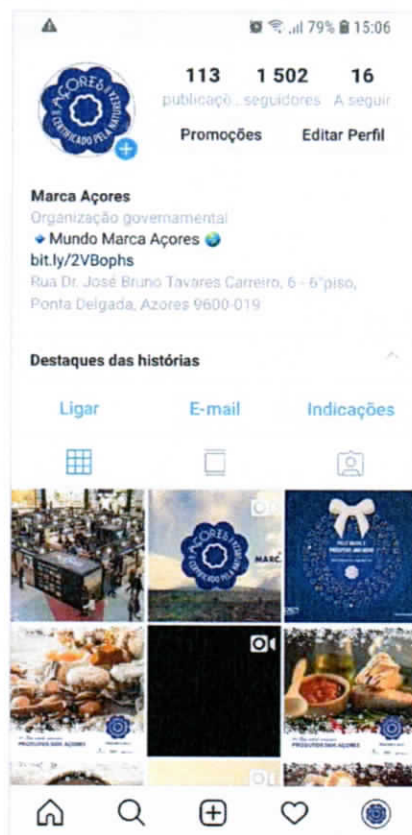
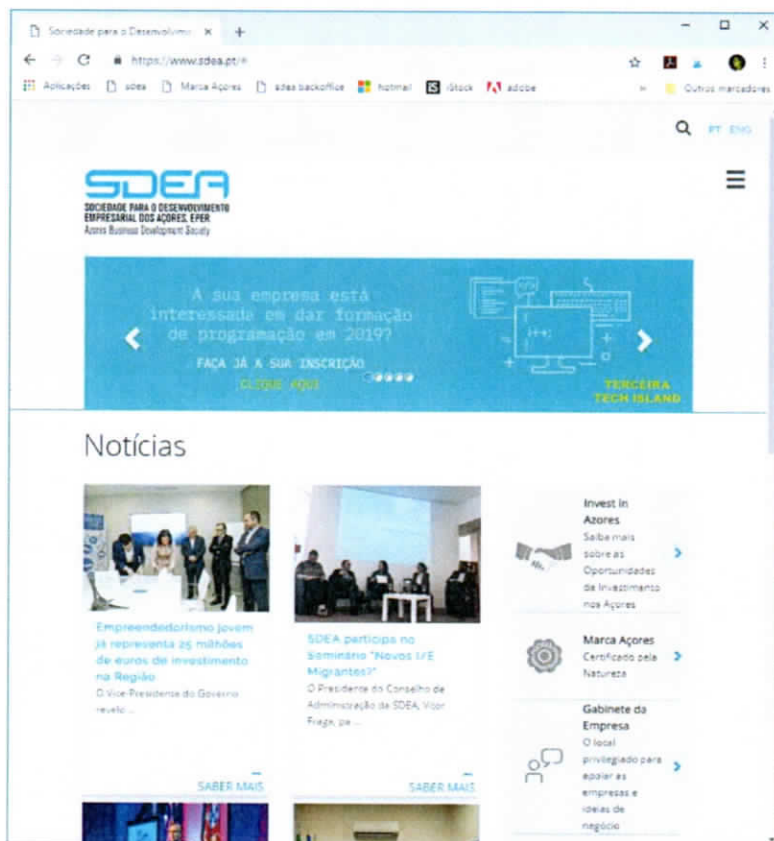


## 2.2. Comunicação

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, em 2018 manteve-se a regularidade na publicação de notícias e comunicações nos canais existentes, como os sites e redes sociais.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*



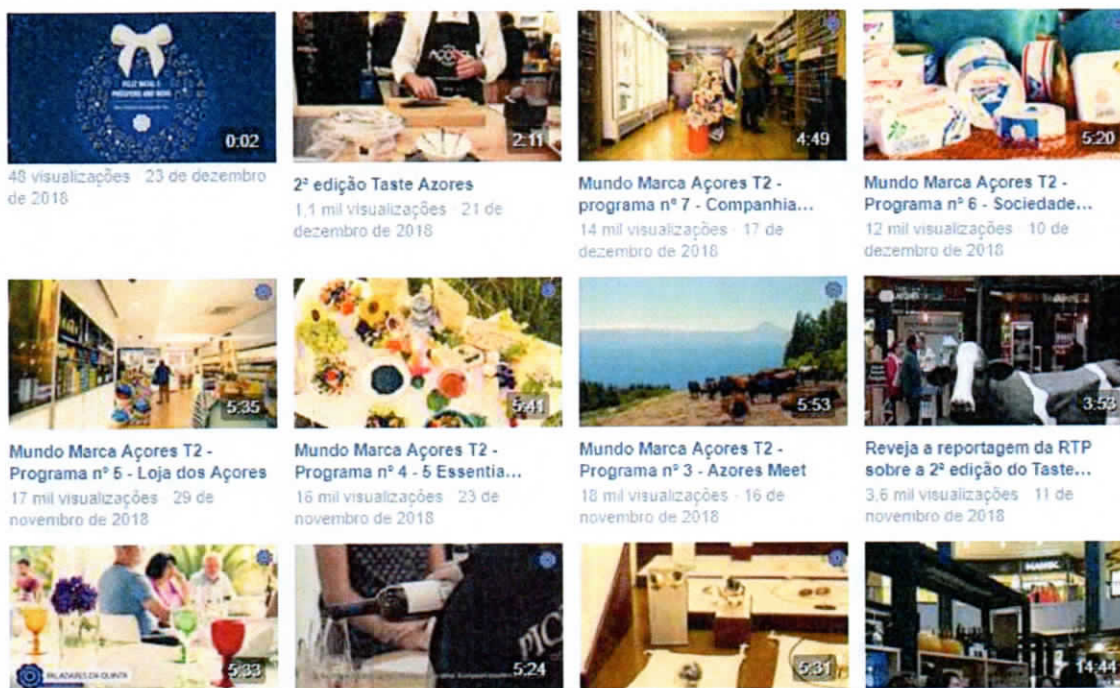


### 2.2.1. Redes Sociais:

Em 2018, continuamos a privilegiar o contacto externo através das Redes Sociais, designadamente através do Facebook Marca Açores, Facebook SDEA, Instagram Marca Açores, Instagram SDEA, Youtube SDEA, G+ SDEA, Google My Business e do LinkedIn SDEA. A este propósito, numa lógica de multiplataforma, alcançamos um total de 2.395.555 pessoas com 1283 publicações e um total de seguidores de 24.054.

A nossa comunidade no Facebook voltou a registar um aumento significativo de cerca de 5.000 novos subscritores na página da Marca Açores. Campanhas como a do *El Corte Inglés*, *Roadshow Taste Azores* e o evento *Taste Azores* impulsionaram a divulgação e projeção da nossa presença online, ultrapassando, por vezes, as 100.000 interações.

Destaque para os episódios do programa Mundo Marca Açores, com aumento significativo de interações/visualizações a cada novo episódio, através do canal *Youtube*. Esta plataforma assumiu uma nova dinâmica com atualizações semanais.



Handwritten initials and a checkmark.

### 2.2.2. Comunicação Interna

Elaboração mensal da newsletter interna com novo grafismo





A  
α

### 2.2.3. Comunicação Externa

Desenvolvimento de diversos anúncios para a imprensa, no âmbito das nossas áreas de atuação, nomeadamente para a Marca Açores, Capitalizar+, Empreendo o Meu Negócio, Captação de Investimento, elaboração periódica do Catálogo dos Produtos com Selo Marca Açores, atualização da brochura *Azores, "a wonderful place to invest"*, entre outros.

Elaboração da e-newsletter institucional que é enviada mensalmente a cerca de 3300 contatos com imagem renovada em 2018.

Conceção e produção de todos os elementos de identidade gráfica para as diversas atividades que desenvolvemos no decurso de 2018.

**CURSO DE FORMAÇÃO-AÇÃO**  
**EMPREENDO O MEU NEGÓCIO**  
INSCRIÇÕES: [CRESACOR@CRESACOR.PT](mailto:CRESACOR@CRESACOR.PT)

LINHA DE CRÉDITO COM GARANTIA MÚTUA  
**CAPITALIZAR +**  
79 MILHÕES DE EUROS PARA O CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS AÇORIANAS

A linha de crédito **Capitalizar +** pretende assegurar o melhoramento dos níveis de autonomia financeira das empresas, facilitar o acesso ao financiamento bancário e reduzir os custos desse financiamento, permitindo às empresas executarem novos investimentos e terem capacidade financeira para os dinamizar.

SAIBA MAIS SOBRE A LINHA DE CRÉDITO CAPITALIZAR + EM [SDEA.PT](http://SDEA.PT)

Governo dos Açores  
1974 - 1976  
Entidade Reguladora do Sistema  
Empresarial e Desenvolvimento Empresarial

ACORES 2020  
PORTUGAL 2020

Handwritten initials and marks in the top right corner.

**APOSTA NO TEU FUTURO**  
Formação avançada em programação informática

inscreve-te até 31/12 em:  
[www.tercelrotechisland.com](http://www.tercelrotechisland.com)

**TERCEIRA TECH ISLAND**  
one stop ahead

Logos for SDEA and other partners.

**ENCONTRO INTERCALAR INVESTIDORES DIÁSPORA**  
ENCONTRO INTERCALAR INVESTIDORES DIÁSPORA

CONHECER PARA INVESTIR.

**AÇORES**

Governo dos Açores

**SDEA**  
Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER

**CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL**  
Tornar as empresas açorianas mais competitivas através da inovação e da capacitação para a economia digital.

- SIAC
- EMPRESA DIGITAL AÇORES
- BASE DE DADOS EMPRESAS

Logos for SDEA, Governo dos Açores, and other partners.

*Este natal consuma*  
**PRODUTOS DOS AÇORES**

PROCURE O SELO

Logo for 'Açores - Produtos'.

Logos for SDEA and other partners.

**AÇORES**  
A WONDERFUL PLACE TO INVEST

**INVEST IN AZORES**  
AZORES BUSINESS DEVELOPMENT SOCIETY  
powered by SDEA

Logos for SDEA and other partners.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

**CONVITE**  
**SESSÃO DE ESCLARECIMENTO**  
**"SOLUÇÕES LOGÍSTICAS PARA AS EMPRESAS AÇORIANAS"**



**DIA 3 DE DEZEMBRO**  
**ILHA DE SÃO MIGUEL**  
 15:30 Horas - Anfiteatro de Vice-  
 -Presidência do Governo das  
 Açores em Ponta Delgada, Rua  
 de São João n.º 47



**DIA 4 DE DEZEMBRO**  
**ILHA TERCEIRA**  
 17:00 Horas - Pequeno Auditório  
 do Centro Cultural e de Congres-  
 sos de Angra do Heroísmo



**DIA 5 DE DEZEMBRO**  
**ILHA DO FAIAL**  
 11:00 Horas - Azoris Falal  
 Garden, Horta

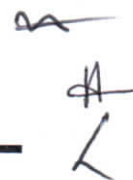


Solicitamos sff. a confirmação da sua presença para o email: [info@sdes.pt](mailto:info@sdes.pt),  
 com a indicação da sessão em que irá participar.

  
 Governo das Açores  
 Via Politécnica do Quilom.  
 Espírito e Competência Regional

  
 SDEA  
 Sociedade para o Desenvolvimento  
 Empresarial dos Açores

  
 Açores 2020



### **3. Internacionalização da Economia Açoriana**

---

#### **3.1. Acompanhamento Empresarial**

Prestamos apoio e acompanhamento às empresas regionais visando o seu crescimento, nomeadamente através do acesso facilitado a serviços e informações indispensáveis ao seu ciclo de vida, incluindo aqueles destinados ao aumento das exportações e a processos de internacionalização.

##### **3.1.1. Programa de Modernização Administrativa dos Açores**

No âmbito do processo em curso de reforma da administração pública regional, em matéria de modernização e de reestruturação, atuámos como organismo consultor da Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública (EMRAP), nas matérias concernentes ao contexto empresarial, assistindo aquela Estrutura na realização de reuniões com as principais associações empresariais regionais, contribuindo para o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico de necessidades e ainda indicando medidas específicas de modernização administrativa.

##### **3.1.2. Gabinete da Empresa**

O Gabinete da Empresa proporciona um atendimento personalizado e especializado a empresas e futuros empresários, divulgando informação e providenciando aconselhamento sobre todos os aspetos inseridos no ciclo de vida da empresa.

O Gabinete da Empresa está presente em todas as ilhas, exceto no Corvo.



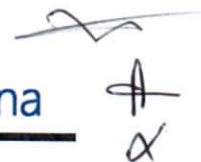
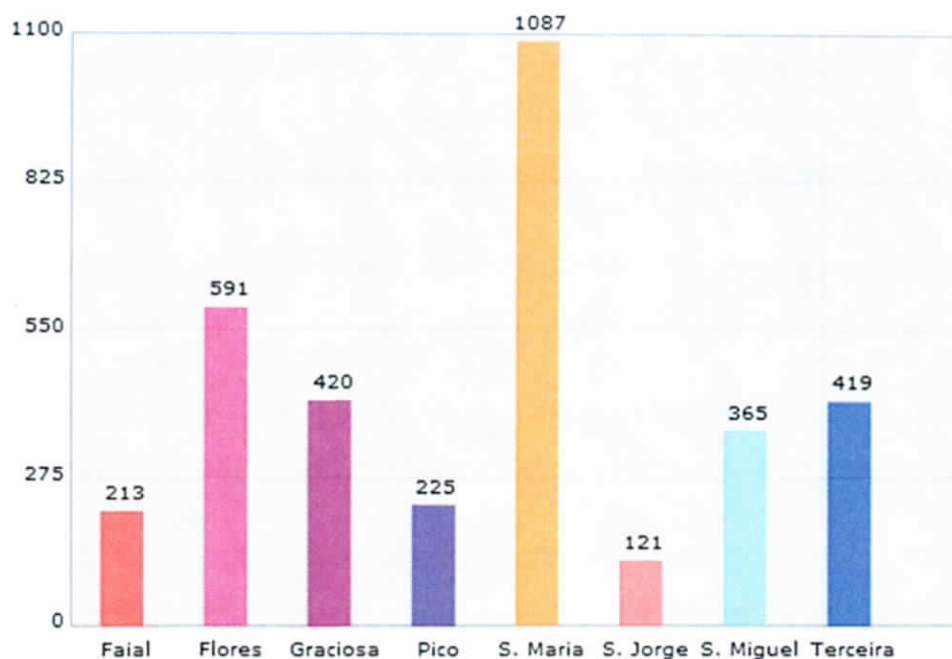


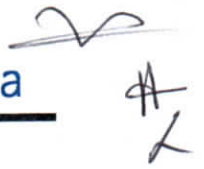
Gráfico 1 – Atendimentos



Em 2018, o GE realizou 3441 atendimentos, dos quais 2120 presenciais e 1321 telefónicos. Respondemos ainda a 709 solicitações por correio eletrónico.

A maior parte dos atendimentos foram originados por clientes que procuravam informações sobre incentivos ao investimento e ao funcionamento, seguindo-se os relacionados com medidas de apoio ao emprego e qualificação profissional e ao Programa Loja+.

No âmbito de uma parceria entre a SDEA, a Cresaçor, o ISSA, a DRAIC e a DREQP, foi desenvolvido um ciclo de ações de sensibilização, intituladas Investir nos Açores, as quais levaram aos 274 participantes noções de empreendedorismo e criação de negócios.



### 3.1.3. Loja da Exportação

A Loja da Exportação é um balcão especializado na obtenção de informações sobre mercados externos, processos de exportação e de internacionalização. As duas Lojas da Exportação dos Açores, situadas em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo, oferecem assistência a todas as empresas regionais que a requeiram.

Em 2019, foram realizados sete atendimentos nas duas Lojas e enviadas 68 informações por e-mail.

As Lojas da Exportação são ainda responsáveis pela gestão da relação das empresas exportadoras regionais, registadas na base de dados da AICEP, com esta agência.

Ao longo do ano em causa foi difundida informação sobre eventos, direcionada especificamente às empresas registadas, e foram ainda respondidos pedidos com recurso à base de conhecimento da AICEP e à sua Rede Externa.

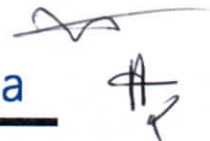
Estão registadas, junto das Lojas da Exportação dos Açores, 28 empresas açorianas exportadoras.

### 3.1.4. SIREVE

O Sistema Extrajudicial de Recuperação de Empresas (SIREVE) tem como objetivo melhorar as condições para a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldades que, circunstancialmente, viram a sua estrutura económica e/ou financeira deteriorada, mas que possuem potencial de viabilização.

Este processo tem como principais vantagens a redução significativa dos prazos para conclusão do processo negocial, a criação de mecanismos de proteção do devedor e dos credores, a desmaterialização da formalização e do desenvolvimento do processo





negocial e a possibilidade de qualquer credor não identificado pelo devedor solicitar a sua participação naquele processo.

### **3.1.5. Certificação do estatuto de PME**

Criada em novembro de 2007, a certificação eletrónica do estatuto de pequena e média empresa (PME) permite aferir o estatuto de qualquer empresa interessada em obter tal qualidade.

Atendendo a que a certificação é efetuada exclusivamente através de formulário eletrónico transmitido através da Internet, não sendo admissível a submissão dos dados necessários ao seu preenchimento por outra via, foi protocolado entre o organismo competente, o IAPMEI, e a SDEA, que a gestão dos processos, ao nível da Região Autónoma dos Açores, recairia sobre a segunda, o que inclui a prestação de informações e assistência às empresas regionais, bem como a realização de ações de controlo.

Em 2018, foram realizados 46 contactos relacionados com a certificação do estatuto de PME.

### **3.1.6. Projetos de Interesse Regional (PIR)**

O processo de reconhecimento e acompanhamento dos Projetos de Interesse Regional (PIR) visa promover e distinguir projetos de investimento com efeito estruturante em sectores estratégicos para o desenvolvimento regional.

Somos responsáveis pela análise das candidaturas a PIR e coordenação da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projetos de Interesse Regional (CAA-PIR), cabendo-nos preparar a apresentação de propostas ao Governo dos



Açores de reconhecimento do estatuto PIR ou da sua manutenção e acompanhar os projetos aos quais tenha sido atribuída aquela distinção.

Em 2018, foram reconhecidos os seguintes projetos:

- Hotel Verde Mar & SPA de 5 estrelas, promovido pela empresa Açorsonho - Hotéis, Lda., que prevê um investimento de 16,3€ milhões e a criação de 52 postos de trabalho;
- Instalação de uma unidade industrial para a transformação de atum, promovido pela empresa ATSM – Atum Tradicional de Santa Maria, Lda., que prevê um investimento de 4,1€ milhões e a criação de 31 postos de trabalho;
- *Azores 21* – Apartamentos turísticos de 4 estrelas, na zona do Monte Verde (Ribeira Grande), promovido pela empresa a constituir por Jinhu Li, que prevê um investimento de 5€ milhões e a criação de 17 postos de trabalho;
- *Azores on Route* (rotas temáticas e encenadas), promovido pela empresa Azores on Route, Lda., que prevê um investimento de 6,6€ milhões e a criação de 30 postos de trabalho.

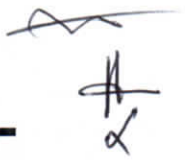
Por outro lado, acompanhámos a execução dos seguintes projetos:

Modernização e remodelação das unidades industriais de rações, farinhas e bolachas, promovido pela empresa Finança Agroalimentar, S.A., que prevê um investimento de 12,9€ milhões e a criação de 16 postos de trabalho;

Reforço da competitividade e da base tecnológica do leite UHT com lançamento de novos produtos, promovido por UNILEITE – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de São Miguel, UCRL, que prevê um investimento de €9,3 milhões e a criação de 12 postos de trabalho;

Instalação de uma unidade industrial para a produção de paredes pré-fabricadas, promovido por empresa a constituir por BELLATOR AÇORES, Lda., que prevê um investimento de 10,1€ milhões e a criação de 21 postos de trabalho;





Instalação de uma unidade de produção de microalgas e suplementos alimentares antioxidantes, promovido pela empresa Algicel – Biotecnologia e Investigação Lda., que prevê um investimento de 1,6€ milhões e a criação de cinco postos de trabalho;

Lavahomes da Terralta, apartamentos turísticos de 4 estrelas, promovido pela empresa Visian Lda., que prevê um investimento de 2,4€ milhões e a criação de nove postos de trabalho;

VIP Zenite Hotel, promovido pela empresa João Gonçalves Unipessoal Lda., que prevê um investimento de 6,4€ milhões e a criação de 13 postos de trabalho;

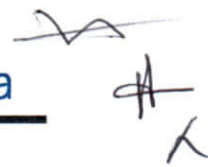
Apartamentos turísticos Pêro Teive, promovido pela empresa ASTA – Atlântida – Sociedade de Turismo e Animação S.A., que prevê um investimento de 9,3€ milhões e a criação de 33 postos de trabalho.

Em adição aos projetos referidos acima, estamos ainda a analisar nove projetos, os quais preveem um investimento total de 64€ milhões e a criação de 225 postos de trabalho.

### **3.2. Captação de Investimento**

Um dos pilares fundamentais do nosso trabalho consiste na captação de investimentos que contribuam para o desenvolvimento económico sustentado da Região Autónoma dos Açores.

Com este objetivo, ao longo de 2018, continuámos a desenvolver esforços no sentido de projetarmos a imagem nacional e internacional do arquipélago dos Açores enquanto destino privilegiado de investimento privado, por via de apresentação junto de potenciais investidores das ferramentas de estímulo ao investimento, disponibilizadas pelo Governo dos Açores, assim como na divulgação de oportunidades de investimento na Região.



Em complementaridade, fomos responsáveis pelo acompanhamento de várias visitas à Região Autónoma dos Açores de potenciais investidores, para análise, in loco, das potencialidades existentes em diversos sectores.

Assim, durante o ano de 2018, acompanhámos um total de 130 projetos, representando um valor global de investimento de cerca de 387€ milhões e a criação de 1236 postos de trabalho diretos, implicando mais de 600 interações da nossa equipa com os investidores.

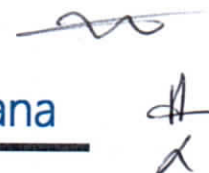
Daqueles projetos, 70 deram entrada em 2018, na sua maioria no setor do turismo, seguindo-se a Indústria, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Aquicultura. Em termos de origens dos potenciais investidores salienta-se Portugal Continental, Estados Unidos da América e França.

No decorrer de 2018, foram concluídos 12 projetos, com um valor de investimento de aproximadamente 5,6€ milhões e implicando a criação de 61 postos de trabalho, em diversas áreas tais como TIC, Turismo, Agroalimentar e Aquicultura.

No final do ano de 2018, encontravam-se 56 projetos em acompanhamento, com um valor de investimento estimado de 168,3€ milhões e a previsão da criação de 473 postos de trabalho, em que o setor do Turismo se destaca dos outros setores, representando mais de metade das intenções de investimento, localizados maioritariamente em São Miguel. A Indústria e as TIC são as outras grandes áreas de investimento.

Ainda, à data de 31 de dezembro de 2018, 43 projetos estavam em execução, com um valor de investimento previsto de cerca de 203,4€ milhões e prevendo a criação de 628 postos de trabalho, sendo a sua maioria também no setor do Turismo, seguindo-se o agroalimentar e a indústria.





Para além dos referidos acompanhamentos, em 2018, recebemos cerca de 120 contactos que manifestaram interesse em obter informações sobre a Região e os apoios ao investimento existentes, aos quais prestamos mais de 315 esclarecimentos.

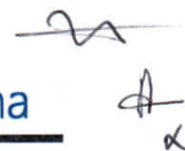
Sempre que adequado, com vista à disponibilização a potenciais interessados, foram elaborados dossiers setoriais e específicos de apresentação das potencialidades de investimento na Região, com especial destaque para os atrativos incentivos financeiros ao investimento privado, à criação de emprego, bem como o vantajoso sistema fiscal em vigor na região.

### **3.3. Benefícios Fiscais em Regime Contratual**

Os investimentos conducentes à produção de bens e serviços transacionáveis ou que contribuam para a reabilitação dos centros urbanos de vilas ou cidades, aos quais seja reconhecida relevância estratégica para a economia regional, podem obter, nos Açores, benefícios fiscais, em regime contratual, os quais revestem a modalidade de deduções à matéria coletável do IRC e/ou de isenções ou reduções das taxa do IMI e do IMT, podendo ser concedidos a projetos de valor superior a €2 milhões, nas ilhas de São Miguel e Terceira, ou a €400 mil, nas restantes ilhas.

O montante mínimo de investimento exigível pode ser reduzido para €1 milhão, no caso de projetos da Ilha Terceira que criem postos de trabalho, e para €200 mil, no caso de projetos relativos a atividades de biotecnologia marinha e aquicultura, desde que prevejam despesas de investigação e desenvolvimento no valor mínimo de 10% do investimento previsto.

Em 2018 recebemos três candidaturas que se encontram em análise, totalizando um investimento previsto superior a 55,6 milhões de euros e prevendo a criação de 272 postos de trabalho.



### 3.4. Azores Ventures

Com o objetivo de dinamizar capital de risco na Região Autónoma dos Açores, foi criado o Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo nos Açores (FIAEA), cujo património se destina, prioritariamente, à tomada de participações, por tempo limitado, em micro, pequenas e médias empresas com projetos ou iniciativas em áreas estratégicas para os Açores, nomeadamente as relacionadas com o turismo, saúde, bem-estar, ciências do mar e aquacultura, tecnologias agroalimentares, ambiente, energias renováveis, biotecnologia, TIC, investigação aplicada e outras consideradas estratégicas para o desenvolvimento do empreendedorismo dos Açores, assim como em empresas abrangidas pelos sistemas de incentivos ao investimento privado, que criem bens transacionáveis de carácter inovador ou em empresas que promovam o reforço da capacidade de exportação ou redução de importações da Região.

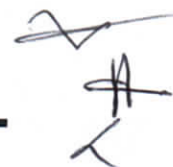
Ao longo de 2018 a SDEA acompanhou o esforço da Portugal Capital Ventures, S.A., em estreitar relações com potenciais *Startups* da Região no sentido de se abrir a possibilidade de participação nos respetivos capitais sociais para catapultarem o seu crescimento, indo de encontro às necessidades dos empreendedores e dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

A introdução da possibilidade permanente de entrega de candidaturas online, ao longo do todo o ano, permitem aos empreendedores e *startups* açorianas candidatarem-se em regime de “*open-call*”.

É do conhecimento da SDEA que estão em curso candidaturas para a CEREAL GAMES (sediada no Nonagon), Yara Pets (sediada na *Startup* Angra), e a Red Cat Pig (sediada na Praia Links), continuando as participadas ASINUS, em funcionamento e crescimento, e a SKAPHANDRUS, esta em fase de liquidação.

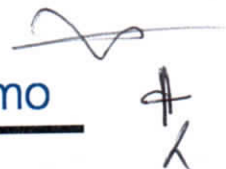
Atualmente o *Azores Ventures* regista um investimento total em duas participadas de 318.000€ e uma taxa de aprovação de projetos na ordem dos 4,17% em linha





### 3.5. WEBSUMMIT

Em 2018, demos continuidade à cooperação com a AICEP Portugal Global na promoção de oportunidades de negócio para os Açores, organizámos o I Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora, em articulação com o Governo dos Açores e com o Governo da República e participámos na *Web Summit 2018*, que decorreu em Lisboa entre os dias 5 e 8 de novembro.



## 4. Inovação e Empreendedorismo

---

### 4.1. Concurso Regional de Empreendedorismo

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2017, de 28 de abril, no período de 1 de maio a 15 de junho foi aberta a fase de candidaturas, seguindo-se uma segunda fase, de 1 de setembro a 15 de outubro, de apoio à conceção de Planos de Negócio para as candidaturas entradas na primeira fase e selecionadas pelo júri, a que se seguiu a terceira e última fase, de 16 a 30 de outubro, de entrega dos Planos de Negócios, que foram depois sujeitos a uma avaliação pelo júri do concurso para apuramento dos projetos vencedores, o que ocorreu em novembro de 2018.

No respeitante à fase de entrega de candidaturas, registou-se a entrada de 32 candidaturas, distribuídas do seguinte modo:

Por Origem:

Origem	N.º Cand.
São Miguel	11
Santa Maria	
Terceira	16
Faial	
Flores	
Pico	2
São Jorge	
Graciosa	1
Corvo	
Continente	2
TOTAL	32



Por Áreas de Negócio:

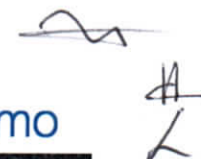
Lista Areas Negócio	
Agricultura, pecuária e indústria agroalimentar	2
Agricultura, pecuária e indústria alimentar	2
Construção ambiental sustentável; Turismo	1
Design	2
Design; Marketing, comunicação e publicidade	1
Indústrias criativas; Design	1
Indústrias criativas; Design; Construção ambientalmente sustentável; Meio ambiente e tratamento de resíduos	1
Indústrias criativas; Design; Turismo	1
Outras: Alojamento	1
Outras: Bem-estar animal e comércio de produtos e serviços	1
Outras: Construção civil e bricolage	1
Outras: Desenvolvimento de Projetos	1
Outras: Escola de desporto	1
Outras: Gaming Development (Indústrias criativas)	1
Outras: Saúde e bem-estar	1
Pescas e aquicultura	1
Tecnologias de comunicação e informação (TIC); Design, Multimédia e software; Indústrias criativas; Marketing, comunicação e publicidade.	1
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	3
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Indústria Agroalimentar.	1
Transporte e logística; Turismo; Design	1
Turismo	5
Turismo; Construção ambiental sustentável	1
Turismo; Pescas e aquicultura	1

Em termos de resultados globais, e para os anos de 2017 e 2018, verifica-se:

	2017	2018	TOTAL
N.º Candidaturas	18	32	50
N.º Participantes	41	45	86
N.º Planos de Negócio	7	9	16
N.º Empresas Criadas *	2		2

\* Premiadas com 1.º, 2.º e 3.º lugares;

Dos 45 participantes de 2018, 31 foram do sexo masculino e 14 do sexo feminino.



No âmbito do Concurso Regional de Empreendedorismo, desde 2014 já foram criadas 11 empresas, esperando-se que sejam criadas durante o ano de 2019 mais uma empresa referente ao Concurso de 2017 e três referentes ao Concurso de 2018.

#### 4.2. Projeto ETH - Entrepreneurship – Triple Hélix

Resultante de uma associação entre a SDEA e a Universidade dos Açores, este projeto promove um ambiente de parceria e desenvolvimento de sinergias entre três entidades: o Governo Regional, as Universidades e as Empresas.

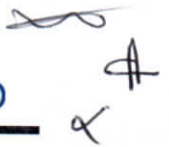
Tem como objetivos:

- Interligar os alunos universitários no sentido de criarem equipas multidisciplinares e sinergias com vista a desenvolver uma ideia de negócio baseada nas suas linhas de formação/investigação;
- Gerar ideias de negócio, com acompanhamento de *mentoring*, culminando no eventual apoio por entidades parceiras de modo a concretizarem a ideia de negócio num plano de negócio e a concomitante criação de empresas;
- Gerar fluxo de projetos que possam concorrer ao Concurso Regional de Empreendedorismo.

Este projeto contou com a participação de 95 alunos da Universidade dos Açores, de diversos cursos, e foi operacionalizado em três fases.

A primeira fase consistiu na realização do Fórum *Triple Hélix*, a 22 de março de 2018, na Universidade dos Açores, com o objetivo de conjugar empresas, universidade e instituições públicas, dando assim corpo ao conceito da tripla hélice, desenvolvendo-se em dois painéis: um subordinado ao tema “Inovação como fator crítico de sucesso” e o segundo através de um debate sobre o “Processo de criação de valor através da Inovação”.



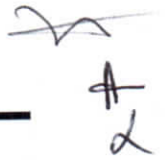


- No primeiro painel foi abordada a importância da inovação nas empresas, tendo como oradora convidada a Dr.ª Cláudia Grazina Figueira, *Innovation Manager* do Grupo Nabeiro, que deu o seu testemunho relativamente à importância da inovação para a competitividade empresarial, nomeadamente através do exemplo da marca Delta Q.
- Já o segundo painel debruçou-se sobre os aspetos mais importantes a considerar no processo de criação de valor através da inovação e envolvimento das três partes integrantes da tripla hélice: Universidade, Governo e Empresas.

A segunda fase do projeto iniciou-se com uma ação de sensibilização no dia 3 de maio de 2018 na Universidade dos Açores, em S. Miguel, na qual participaram mais de noventa alunos oriundos de diferentes cursos desta universidade.

Esta ação dividiu-se em duas partes:

- A primeira iniciou-se com a apresentação das medidas de incentivo em vigor, com especial foco no Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo, que visa o apoio e a criação de empresas por jovens empreendedores, onde foi igualmente apresentada a iniciativa do “Concurso Regional de Empreendedorismo”, identificando objetivos, fases de desenvolvimento e prémios atribuídos aos projetos vencedores.
- Numa segunda parte, decorreu um momento de formação, no qual foi debatida a importância da comunicação empresarial, nomeadamente no que respeita às técnicas e modelos de apresentação da ideia de negócio. Este momento de formação culminou com a participação dos alunos, que tiveram oportunidade de apresentar uma ideia de negócio aleatória, colocando em prática os conhecimentos apreendidos ao longo da sessão. Nesta ação estiveram envolvidos o Departamento de Desenvolvimento Empresarial e o Departamento de Inovação e Empreendedorismo da SDEA.



Ainda decorrente desta segunda fase, realizou-se, no dia 17 de maio de 2018, uma visita guiada ao Parque de Ciência e Tecnologia – Nonagon, na qual os alunos tiveram oportunidade de conhecer as empresas em incubação e ouvir o testemunho destes empresários, bem como participarem num *bootcamp* e em sessões de *mentoring*.

Na terceira e última fase realizou-se o concurso de ideias que decorreu nos dias 6 e 7 de junho de 2018 na Universidade dos Açores.

O culminar do projeto materializou-se assim na apresentação das ideias de negócio em formato de *pitches*, tendo sido apresentados 29 projetos, abrangendo diferentes áreas de negócio, tais como, turismo, tecnologias de informação e comunicação, agroindústria, biologia e área social.

Em termos de resultados, e para os anos de 2017 e 2018, verifica-se:

	2017	2018	TOTAL
N.º Alunos envolvidos	110	95	205
N.º Projetos a concurso *	27	29	56

\* Planos de Negócio

### 4.3. Projeto Empreendo o Meu Negócio

Aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 130/2017, de 6 de dezembro, a medida “Empreendo o Meu Negócio” tem por base o aproveitamento de recursos endógenos e assenta em soluções de capacitação das pessoas na dinamização de atividades de âmbito empresarial, com vista ao crescimento económico sustentável.

A medida “Empreendo o Meu Negócio” contempla as várias etapas para a concretização de uma ideia em negócio, desde o surgimento da ideia, ao autodiagnóstico do perfil de empreendedor e ao desenvolvimento das principais





competências e atitudes do empreendedor em domínios relativos à gestão de um negócio.

Com uma carga horária de 85 horas na primeira fase de capacitação, assente numa vertente essencialmente prática, a que se segue uma segunda fase de apoio à implementação do negócio, com um horizonte temporal de até 6 meses, e uma terceira fase de apoio ao seu acompanhamento, com um horizonte temporal de até 12 meses.

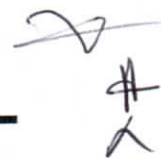
Esta medida pretende, assim, desenvolver competências em gestão e organização de uma empresa, sob uma perspetiva estratégica e operacional, passando pela elaboração, desenvolvimento e implementação de um plano de negócios, culminando na criação da empresa e proporcionando ainda apoio efetivo na sua gestão.

Por outro lado, reconhecendo-se que a concessão de um pequeno apoio financeiro a integrar no capital das jovens empresas constitui um incentivo decisivo à concretização de ideias de negócio e um prémio aos melhores projetos, é atribuído um Prémio de concretização no valor de 3.500,00 euros aos cinco melhores projetos a serem efetivamente executados no âmbito de cada ação “Empreendo o Meu Negócio”.

Durante o ano de 2018 foram realizadas quatro ações, duas na Ilha de São Miguel, em Ponta Delgada, uma na Ilha Terceira, na Praia da Vitória e uma na ilha do Faial, na cidade da Horta.

Em termos de resultados, verifica-se para o ano de 2018 (1.º ano do projeto):

	2018
N.º de Ações	4
N.º Participantes	46
N.º Planos de Negócio	41
N.º Empresas Criadas	6



#### **4.4. Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores**

A Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores insere-se no âmbito das políticas regionais e locais de desenvolvimento de ecossistemas de apoio ao empreendedorismo em curso nos Açores, sendo parte, por conseguinte, de um propósito mais amplo de desenvolvimento económico baseado na iniciativa privada.

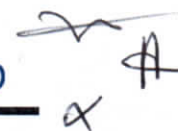
Desta forma, e em linha com as estratégias definidas a nível comunitário, promove-se o apoio à criação de empresas, fomenta-se o espírito empresarial, e dinamiza-se a economia através do aparecimento de mais empresas, com projetos de natureza inovadora e que potenciem o conhecimento e os recursos endógenos dos Açores, em articulação com outras medidas que a nível de política económica, regional ou local, têm vindo a ser implementadas.

Em 2018, abrimos a Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores a incubadoras privadas, assim, esta rede ficou constituída por 7 (sete) incubadoras, nomeadamente, a incubadora Praia Links, da Câmara Municipal da Praia da Vitória, a incubadora GO ON, da associação NONAGON, a incubadora *Startup Angra*, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a incubadora *Azores CraftLab*, do Centro Regional de Apoio ao Artesanato, e as incubadoras dos Centros de Negócios ONE Solmar *Bussiness Centre*, *Un Office* e *CEmpA*.

No total representam cerca de 33 gabinetes para acolhimento de incubadas, 11 espaços de reuniões e 51 espaços de *co-work*, com uma ocupação praticamente esgotada de perto de 90 empresas. Em 2018 foi também realizado o I Encontro de Incubadoras de Empresas dos Açores, onde foi possível o estreitar de relações e a partilha de conhecimentos e de experiências.

#### **4.5. Rede Açoriana de Mentores**





Na construção de ecossistemas de apoio ao empreendedorismo, é comum encontrar situações associadas a dificuldades iniciais sentidas pelos empreendedores, nomeadamente decorrentes da falta de definição da ideia de negócio, de conhecimentos necessários à conceção de planos de negócio eficazes, de experiência na gestão do negócio, de contactos com potenciais clientes e de conhecimento do mercado, assim como dificuldades no acesso a fontes de financiamento, entre outras.

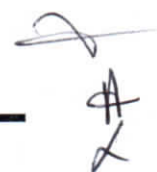
Na sequência da publicação da Resolução do Conselho do Governo n.º 131/2017, de 6 de dezembro, que aprovou o regulamento e o modelo de operacionalização da Rede, foi desenvolvida uma Plataforma de Gestão ficando assim reunidas as condições logísticas para a sua implementação.

Foram estabelecidos contactos no âmbito da Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores (em número de 7 incubadoras em dezembro de 2018, o que configura massa crítica interessante para os objetivos pretendidos) no sentido de se promover a adesão dos mentores de cada incubadora à Rede Açoriana de Mentores. Foram também estabelecidos alguns contactos personalizados dirigidos a pessoas com especial destaque no âmbito do empreendedorismo. Captando-se a adesão deste público, e uma vez estabilizadas as eventuais situações que a nível operacional venham a ser registadas (é necessário ter em conta que se trata de uma medida nova e que exige cuidados especiais), seguir-se-á uma divulgação mais intensa.

#### **4.6. Programa @ PME**

Numa economia cada vez mais global, as tecnologias digitais estão hoje no centro da competitividade das empresas. É objetivo deste programa colocar as empresas açorianas na economia digital.

O Programa @ PME, consiste nos seguintes projetos:



#### **4.6.1. Projeto BD EMPRESA**

Trata-se de uma plataforma informática, que constitui uma Base de Dados das empresas açorianas e que irá possibilitar a recolha e tratamento de informação de cada uma das empresas por forma a possibilitar o desenvolvimento de ações especificamente dirigidas às mesmas. Em 2018, em resultado da dinamização das diversas medidas que integram o Programa @PME, registou-se a entrada de novas empresas na BD Empresas, totalizando cerca de 200 empresas, bem como a atualização de dados gerais sobre as mesmas.

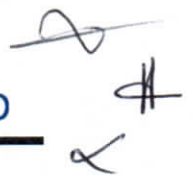
#### **4.6.2. Projeto SIAC – Sistema Integrado de Análise de Competências**

O SIAC – Sistema Integrado de Análise de Competências, é um instrumento de autoavaliação dirigido às empresas açorianas que possibilita identificar e avaliar o grau de desenvolvimento de competências organizacionais das mesmas nas seguintes áreas: Liderança; Desenvolvimento operacional; Relações com o contexto externo.

Este processo de autoavaliação promove um importante momento de reflexão sobre as competências da empresa. Por outro lado, os resultados obtidos fornecem indicadores que orientam a empresa nos processos de mobilização e alinhamento das competências necessárias à concretização dos seus objetivos estratégicos, possibilitando a tomada de decisões por parte dos seus gestores no sentido de promoverem ações de melhoria.

Pretendendo-se que no futuro a autoavaliação seja feita on-line pelas empresas, atualmente a mesma decorre de um contacto por técnicos da SDEA que possibilita o preenchimento do SIAC numa plataforma informática. Decorrem contactos com cerca de 30 empresas.





#### 4.6.3. Projeto “Distinção Empresa Digital Açores”

Atendendo à importância do digital e do seu potencial para o aumento da competitividade, a medida “Distinção Empresa Digital Açores” tem como objetivo central aumentar o número de empresas açorianas presentes na economia digital.

Apresenta como vantagens para as empresas aderentes:

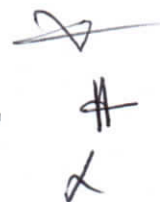
- Empresa como *player* num mercado global;
- Estimular a utilização de boas práticas;
- Pertencer a uma rede promotora do digital;
- Avaliar o ponto de situação das empresas no domínio do digital;
- Dar visibilidade às empresas nos mercados externos;
- Divulgar as empresas distinguidas junto dos órgãos de comunicação social.

Em 2018 registou-se a inscrição de cerca de 190 empresas na plataforma da medida “Distinção Empresa Digital Açores”.

Na primeira edição da medida, registaram 28 candidaturas à “Distinção Empresa Digital Açores 2018”, tendo sido atribuídas 3 Distinções Ouro, 8 Distinções Prata e 5 Distinções Bronze.

A 12 de outubro de 2018 realizou-se a cerimónia de entrega das distinções, que contou com a presença de uma centena de empresários, durante a qual foi dinamizado um Painel de Debate sobre o tema “A Importância do Digital no Negócio da Empresa”.

#### 4.7. Outras Atividades



#### **4.7.1. Manual do Empreendedor**

Tendo em conta o elevado leque de informação disponível no Manual do Empreendedor, bem como as sistemáticas alterações que se verificam nos seus diversos domínios, torna-se necessário proceder à sua constante atualização.

Assim, em 2018 procedeu-se à atualização do Manual do Empreendedor ao nível dos seus conteúdos e ao nível da sua formatação.

#### **4.7.2. Participação no evento AZORES TEK**

Participação no AZORES TEK 2018 com um stand próprio para divulgação das diversas medidas dinamizadas pela SDEA dirigidas ao empreendedorismo.

Trata-se de um evento promovido pela NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, dedicado à tecnologia, às empresas, à inovação e ao empreendedorismo, que se realizou na cidade de Lagoa, na ilha de São Miguel, nos dias 16 e 17 de novembro, e que tem como público-alvo as *startup*.

#### **4.7.3. Participação no evento STARTUP WEEKEND AZORES**

Participação no evento *Startup Weekend Azores* 2018 promovido pela NONAGON no período de 16 a 18 de novembro.

O *Startup Weekend* é um workshop dinâmico e interativo que permite aos participantes, com o apoio de *coaches* e mentores (empreendedores experientes, consultores de negócios e académicos) trabalhar em ideias de negócio, no sentido de as transformar em realidade.



## 5. Instrumentos Financeiros

---

### 5.1. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital

Atendendo às atribuições que possuímos na promoção do desenvolvimento empresarial e na área do capital de risco e de desenvolvimento, de origem pública, vocacionados para financiar projetos de investimento, desempenhamos um importante papel na implementação dos instrumentos financeiros previstos nas diferentes prioridades de investimento do Programa Operacional dos Açores 2020.

Os instrumentos financeiros delineados assumem a natureza de dívida e garantia (linhas de crédito com garantia mútua) e de mecanismos de capital (*business angels*, fundos de capital de risco e operações de capital reversível).

Ao longo de 2018, acompanhámos a execução do único instrumento financeiro em vigor, a Linha Capitalizar Mais, o qual já permitiu a contratação de 45 operações de crédito, num montante total superior a €9 milhões.

No que concerne aos restantes instrumentos financeiros, nomeadamente as Linhas de Financiamento a Entidades Veículo de *Business Angels*, de Financiamento a Fundos de Capital de Risco e de Financiamento a Operações de Capital Reversível, a Instituição Financeira de Desenvolvimento, que é a entidade responsável pela construção destes mecanismos de financiamento e pela sua disponibilização aos intermediários financeiros, estima que os mesmos sejam operacionalizados em 2019.

### 5.2. Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)



No âmbito do Portugal 2020 foi criado o IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, o qual é financiado pelos programas operacionais regionais do Continente e das Regiões Autónomas e pelo programa operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

O IFRRU 2020 reúne num único instrumento financeiro diversas fontes de financiamento, com vista a apoiar a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas, incluindo a promoção da eficiência energética, em complementaridade, na reabilitação de habitação para particulares.

Os apoios são concedidos através de produtos financeiros, criados especificamente para este efeito pela banca comercial, disponibilizados com condições mais favoráveis do que as condições de mercado.

Durante 2018, assegurámos o acompanhamento da execução deste instrumento junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, sendo que ainda não foram contratadas operações nos Açores.

### **5.3. Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – LOJA +**

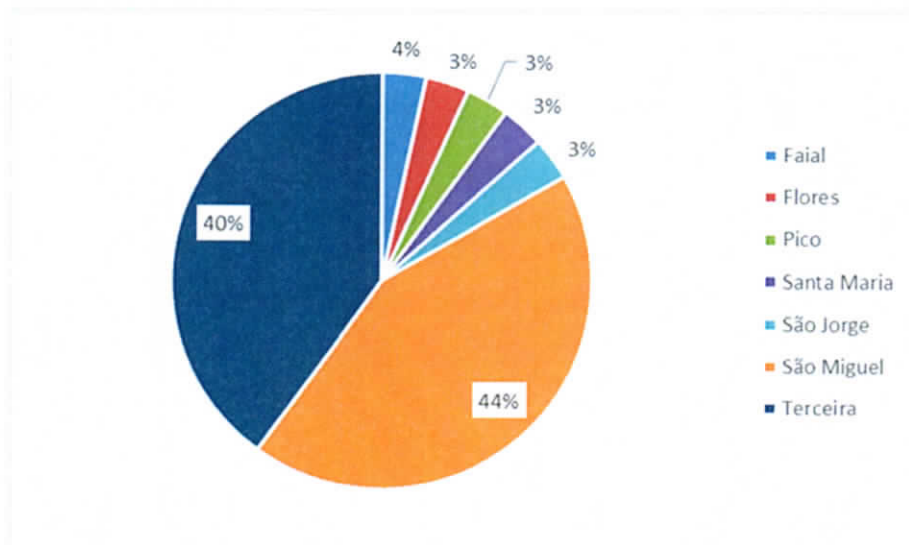
O Loja+ visa promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento do estabelecimento comercial e/ou à requalificação do espaço comercial.

Durante o ano de 2018, recebemos 30 candidaturas ao Loja +.

As ilhas de São Miguel e Terceira continuam a dominar as intenções de negócios, com 13 e 12 candidaturas, respetivamente.



Gráfico 3 – Candidaturas por Ilhas



No que concerne às candidaturas que recebemos em 2018, o comércio a retalho é a área onde mais se aposta, com 63,3%, seguindo-se a restauração, com 16,6%.

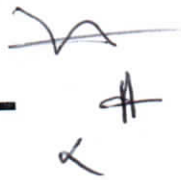
No decorrer de 2018, foram aprovadas 21 candidaturas, reprovadas 7 candidaturas e duas encontram-se em análise.

Entretanto, ao longo do ano transato foram criadas cinco empresas, 19 postos de trabalho e o valor total de apoio concedido foi de €99.968,11.

O Loja+ recebeu, até à data, 247 candidaturas, sendo que foram aprovados 169 projetos, implicando um apoio total de €999.534,46 e a criação de 256 postos de trabalho e de 68 empresas.

#### 5.4. Linha de Apoio à Reabilitação Urbana dos Açores (LARUA)

Criada em 2013, a LARUA visava financiar as operações de reabilitação e regeneração do edificado construído na Região, promovidas por particulares,



empresas ou cooperativas. Foram elegíveis as operações conducentes à reabilitação de edifícios, nas modalidades de reconstrução, ampliação, alteração e conservação, incluindo ainda a melhoria das condições de eficiência energética em habitações existentes e a aquisição e instalação de equipamentos de microprodução de energia através da utilização de fontes renováveis.

Na sequência da implementação na Região de instrumentos financeiros específicos para o apoio à reabilitação urbana, a LARUA viu a sua vigência delimitada até 31 de dezembro de 2017, sendo que tal não prejudicou a sua aplicação às candidaturas aprovadas ou em tramitação.

Assim, em 2018 foram realizadas as operações relativas aos pagamentos de juros bonificados dos processos aprovados sendo que até ao final do ano em apreço processamos pagamentos no montante total de 304.218,01€.





## 6. Projetos Estruturantes

---

### 6.1. Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira (PREIT)

Na sequência da decisão do Governo dos EUA de reduzir o contingente militar norte-americano na Base das Lajes, o Governo dos Açores elaborou o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT) com o objetivo de atenuar os efeitos sociais e económicos da referida decisão. O referido Plano assenta em três vertentes transversais, cuja responsabilidade de implementação assenta em três grandes eixos: Estados Unidos da América, Governo da República, e Governo dos Açores e Autarquias Locais.

No dia 30 de abril de 2016 ficou assente, em Ponta Delgada, através da Declaração Conjunta do Governo da República e do Governo Regional dos Açores, por ocasião da visita oficial do Sr. Primeiro-Ministro à Região Autónoma dos Açores, que o Governo da República assume o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira como um documento estratégico e orientador das diversas intervenções nesse domínio.

Tradicionalmente, à semelhança dos anos 2015, 2016 e 2017, também em 2018, acompanhamos a coordenação do PREIT por via da monitorização da implementação das medidas previstas, em estreita articulação com a sua tutela, verificando-se que a esmagadora maioria dos eixos da competência do Governo Regional dos Açores estão concretizados.

### 6.2. Projeto Terceira TECH ISLAND

O projeto Terceira Tech Island, iniciativa que nasce dos princípios que norteiam o PREIT, tem como objetivo dinamizar a economia local e promover a empregabilidade com qualidade através da exploração das vantagens competitivas que a Ilha Terceira tem para oferecer no âmbito do desenvolvimento das TIC.

Tendo sido idealizado em 2017, o projeto Terceira Tech Island ambiciona atenuar de forma sustentada os efeitos sociais e económicos do redimensionamento significativo de militares norte-americanos e das famílias que os acompanhavam em missão na Base das Lajes.

A iniciativa tem previstas várias fases, que resultam na criação de condições únicas de apoio à atração de investimento privado neste setor.

Em 2018 alcançámos a reconversão de habilitações de cerca de 60 pessoas dotando-as de capacidade para o desenvolvimento de software através de formação em linguagem de código, foram captadas 7 empresas TIC [Code for All, ITUP, BRING, GLINTT, BOOL, INFOSISTEMA, ACIN], que se instalaram na Ilha Terceira, absorvendo quase na totalidade os programadores juniores que foram requalificados, criando outros postos de trabalho, nomeadamente gestores de projeto, programadores seniores, assistentes administrativos e gestores de recursos humanos.

No âmbito da requalificação integrada de parte das infraestruturas que deixaram de ter uso militar ou civil norte-americano, foram lançados 3 concursos públicos de empreitada, para tornar essas infraestruturas atrativas para captação de empresas para a área das TIC (Lote 1, Lote 3 ambos do Bairro Beira-Mar e Antiga Escola americana T-234).





## 7. Proposta de Aplicação de Resultados

---

Tendo sido apurado um resultado positivo no final do exercício de 2018, no valor de 42.094,13€ (quarenta e dois mil e noventa e quatro euros e treze cêntimos) foi deliberado pelo Conselho de Administração da SDEA, EPER, propor à Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial transferir o referido montante para a conta de Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 22 de março de 2019

O Conselho de Administração

(Presidente)

(Vogal)

(Vogal)

## 8. Demonstrações Financeiras

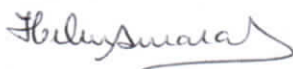
## Balço Individual em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

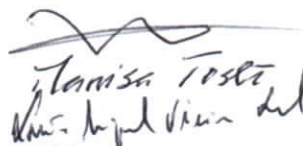
Ativo	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	38.375,91	40.645,94
Ativos intangíveis	3	18.245,70	10.687,00
Outros ativos financeiros	18	4.872.413,63	6.727,08
Total dos Ativos Não Correntes		4.929.035,24	58.060,02
<b>Ativo corrente</b>			
Outros contas a receber	20	1.057.396,26	468.410,35
Diferimentos	20	14.110,69	36.750,39
Caixa e depósitos	1	478.316,67	68.783,75
Total dos Ativos Correntes		1.549.823,62	573.944,49
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.478.858,86</b>	<b>632.004,51</b>
<b>Património Líquido</b>			
<b>Capitais Próprios</b>			
Património/Capital	21	50.000,00	50.000,00
Reservas	22	25.118,19	26.570,12
Resultados transitados	23	10.305,42	6.072,15
Outras variações no Património Líquido	24	5.315.632,39	0,00
Resultado líquido do exercício		42.094,13	3.584,87
Total do Património Líquido		5.443.150,13	86.227,14
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos		0,00	325,22
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	325,22
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	190.658,56	110.857,43
Estado e outros entes públicos	20	41.964,44	50.123,43
Financiamentos obtidos	7	501.014,38	100.000,00
Fornecedores de investimentos	20	1.484,92	0,00
Outros contas a pagar	20	300.586,43	284.471,29
Total dos Passivos Correntes		1.035.708,73	545.452,15
Total do Passivo		1.035.708,73	545.777,37
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>6.478.858,86</b>	<b>632.004,51</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018

O CONTABILÍSTICO CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório de Gestão 2018

Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER



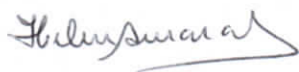
Demonstração dos Resultados por Naturezas  
dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

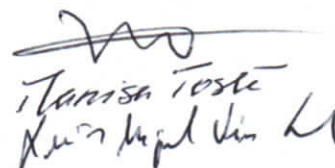
	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	2.302.230,7 2	2.178.301,10
Fornecimentos e serviços externos	25	-1.108.170,16	-981.592,41
Gastos com o pessoal	19	-1.102.261,64	-1.121.520,02
Outros rendimentos e ganhos	14	11.974,24	20.820,01
Outros gastos e perdas	26	-8.364,74	-27.678,36
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		95.408,42	68.330,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-18.307,70	-29.993,34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		77.100,72	38.336,98
Juros e gastos similares suportados	28	-24.180,40	-27.549,56
<b>Resultado antes de impostos</b>		52.920,32	10.787,42
Imposto sobre o rendimento do período	29	-10.826,19	-7.202,55
<b>Resultado líquido do período</b>		42.094,13	3.584,87

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O CONTABILÍSTICO CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Modelo de demonstração das alterações no património líquido do Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

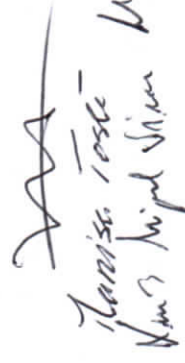
Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe

	Capital/Património realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras Variações no património líquido	Resultado líquido do exercício	Total do património líquido
<b>Posição no Início do Período 2018</b>	50.000,00	26.570,12	6.072,15	0,00	3.584,87	86.227,14
Alterações no período	0,00	0,00	648,40	0,00	0,00	648,40
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	-1.451,93	0,00	5.315.632,39	0,00	5.314.180,46
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	0,00	0,00	3.584,87	0,00	-3.584,87	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2017	0,00	-1.451,93	4.233,27	5.315.632,39	-3.584,87	5.314.828,86
<b>Resultado Líquido do Período</b>					42.094,13	42.094,13
<b>Resultado Integral</b>					38.509,26	5.356.922,99
<b>Posição no Fim do Período 2018</b>	50.000,00	25.118,19	10.305,42	5.315.632,39	42.094,13	5.443.150,13

O CONTABILÍSTICO CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## Modelo de demonstração das alterações no património líquido do Exercício de 2017

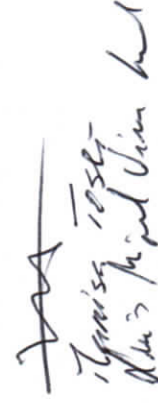
(Valores expressos em euros)

		Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					
		Capital/Património realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do exercício	Total do património líquido
<b>Posição no Início do Período 2017</b>	<b>Notas</b>	50.000,00	29.788,82	6.016,74	0,00	55,41	85.860,97
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	22	0,00	-3.218,70	0,00	0,00	0,00	-3.218,70
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2016	23	0,00	0,00	55,41	0,00	-55,41	0,00
		0,00	-3.218,70	55,41	0,00	-55,41	-3.218,70
<b>Resultado Líquido do Período</b>						3.584,87	3.584,87
<b>Resultado Integral</b>						3.529,46	366,17
<b>Posição no Fim do Período 2017</b>		50.000,00	26.570,12	6.072,15	0,00	3.584,87	86.227,14

O CONTABILÍSTICO CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

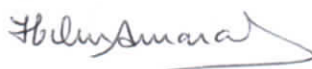
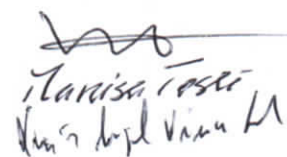


## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método direto	euros	
	Exercício de 2018	Exercício de 2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
Comparticipações financeiras	2.302.230,72	2.958.301,10
Pagamentos a fornecedores	(1.143.270,79)	(1.086.765,75)
Pagamentos ao pessoal	(1.078.576,66)	(1.116.455,13)
Caixa gerada pelas operações	(80.383,27)	755.080,22
Pág./recebimento do imposto sobre o rendimento	(10.676,55)	(1.349,20)
Outros recebimentos/pagamentos	(13.612,19)	3.753,63
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>(56.094,53)</b>	<b>757.484,65</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	267,48	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5.002.627,89)	(2.516,68)
Ativos fixos tangíveis	(7.187,91)	1.138,40
Ativos intangíveis	(14.275,14)	(21.727,33)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>	<b>(5.023.823,46)</b>	<b>(23.105,61)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	401.014,38	0,00
Realizações de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	5.000.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	(649.500,00)
Juros e gastos similares	(23.752,53)	(50.732,66)
Dividendos	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>	<b>5.377.261,85</b>	<b>(700.232,66)</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	409.532,92	34.146,38
Caixa e seus equivalentes no início do período	68.783,75	34.637,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	478.316,67	68.783,75

O Contabilístico Certificado

O Conselho de Administração

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(Valores expressos em euros)

**Adoção pela primeira vez do SNC-AP — Divulgação transitória**

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. Durante o ano de 2018 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC –AP. As entidades públicas que adotam o SNC -AP pela primeira vez devem:

- a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;
- d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que foram aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do SNC para SNC-AP, devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta “564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP”. Os ajustamentos foram resultantes da substituição do decreto regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, para o classificador complementar 2



do decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

	Saldo em 01-Jan-18	Saldo em 31-Dez-18
<b>Resultados transitados</b>		
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0,00	648,40
	<u>0,00</u>	<u>648,40</u>

## 1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1. Identificação da entidade, período de relato

A Empresa SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER ("Empresa" ou "SDEA"), foi constituída em 01 de março de 2013 e tem a sua sede na Rua Bruno Tavares Carreiro, n.º 6 – 6º andar, em Ponta Delgada. A Empresa tem como atividade principal contribuir para a conceção e execução de políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade das empresas açorianas, bem como de promoção da inovação e do empreendedorismo. A SDEA foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013/A, de 19 de fevereiro, com a natureza de pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial. A SDEA, sucede automaticamente e globalmente no conjunto de bens, direitos, obrigações ou outras posições jurídicas integrantes da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE., designada por APIA.

## **1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**

### **a) Referencial Contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as administrações Públicas SNC-AP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

### **b) Comparabilidade**

Em 2018, a SDEA, EPER passou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é o dia 1 de Janeiro de 2018. Desta forma, e de acordo com as instruções constantes do Manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC- AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano anterior (2017) é baseada no SNC – Sistema de Normalização Contabilística (referencial contabilístico anterior), tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as conta e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

### **c) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos nas rubricas de caixa e depósitos bancários, apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Caixa	670,03	431,13
Depósitos à ordem	477.646,64	68.352,62
	<u><u>478.316,67</u></u>	<u><u>68.783,75</u></u>

**2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros****2.1 Bases de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da SDEA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.



Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

## **2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes**

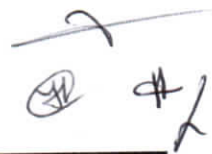
As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

### **a) Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da empresa. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

### **b) Informação comparativa**

As demonstrações financeiras como mencionado acima apresentam uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa está mencionada a informação narrativa e descritiva nas notas às demonstrações



financeiras para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

**c) Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação da NCP2 e obstante a comparabilidade referida acima, exceto quando ocorreram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

**d) Materialidade e agregação**

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que constituem linhas de itens do balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no património líquido e demonstração de fluxos de caixa, ou nas notas às demonstrações financeiras. Se uma linha de item não for material individualmente, é agregada com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras. Um item que não seja suficientemente material para ter uma apresentação separada naquelas demonstrações pode, apesar de tudo, ser suficientemente material para ser apresentado separadamente nas notas às demonstrações financeiras

**e) Compensação**

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não devem ser compensados devido à importância que sejam relatados separadamente, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

**f) Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SDEA continuará as suas operações no futuro previsível, não tendo a intenção de liquidar a empresa ou de cessar as operações.

**3. Ativos intangíveis**

**3.1 Ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis**

**a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas**

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro. Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

**b) Os métodos de amortização**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios



económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 4 anos.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, no exercício de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
<b>Custo</b>				
Programas de computador	107.145,00	15.760,06	0,00	122.905,06
	<u>107.145,00</u>	<u>15.760,06</u>	<u>0,00</u>	<u>122.905,06</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Programas de computador	96.458,00	8.201,36	0,00	104.659,36
	<u>96.458,00</u>	<u>8.201,36</u>	<u>0,00</u>	<u>104.659,36</u>
<b>Valor líquido</b>				18.245,70

	31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-17
<b>Custo</b>				
Programas de computador	107.145,00	0,00	0,00	107.145,00
	<u>107.145,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>107.145,00</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Programas de computador	78.116,73	18.341,27	0,00	96.458,00
	<u>78.116,73</u>	<u>18.341,27</u>	<u>0,00</u>	<u>96.458,00</u>
<b>Valor líquido</b>				10.687,00

## 9. Ativos Fixos Tangíveis

### 5.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

#### a) Base de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Os métodos de amortização

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas**

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	1 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 8

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates/ Ajustamentos	Saldo em 31-Dez-18
<b>Custo:</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	15.532,73	0,00	0,00	15.532,73
Equipamento de transporte	56.938,90	0,00	0,00	56.938,90
Equipamento administrativo	147.279,44	7.187,91	0,00	154.467,35
Outros ativos fixos tangíveis	34.403,81	0,00	0,00	34.403,81
	<u>254.154,88</u>	<u>7.187,91</u>	<u>0,00</u>	<u>261.342,79</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	5.507,25	1.553,27	0,00	7.060,52
Equipamento de transporte	56.938,90	0,00	0,00	56.938,90
Equipamento administrativo	138.099,37	5.161,22	-648,40	142.612,19
Outros ativos fixos tangíveis	12.963,42	3.391,85	0,00	16.355,27



	<u>213.508,94</u>	<u>10.106,34</u>	<u>-648,40</u>	<u>222.966,88</u>
Valor líquido				38.375,91

**31 de Dezembro de 2017**

	<u>Saldo em 01-Jan-17</u>	<u>Aquisições / Dotações</u>	<u>Abates</u>	<u>Saldo em 31-Dez-17</u>
<b>Custo:</b>				
Edifícios e outras construções	15.532,73	0,00	0,00	15.532,73
Equipamento de transporte	56.938,90	0,00	0,00	56.938,90
Equipamento administrativo	145.917,44	1.362,00	0,00	147.279,44
Outros ativos fixos tangíveis	34.403,81	0,00	0,00	34.403,81
	<u>252.792,88</u>	<u>1.362,00</u>	<u>0,00</u>	<u>254.154,88</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	3.953,98	1.553,27	0,00	5.507,25
Equipamento de transporte	56.938,90	0,00	0,00	56.938,90
Equipamento administrativo	131.333,23	6.766,14	0,00	138.099,37
Outros ativos fixos tangíveis	9.630,76	3.332,66	0,00	12.963,42
	<u>201.856,87</u>	<u>11.652,07</u>	<u>0,00</u>	<u>213.508,94</u>
<b>Valor líquido</b>				<b>40.645,94</b>

Houve ajustamentos resultantes da substituição do decreto regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, para o classificador complementar 2 do decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro dos ativos fixos tangíveis, que já foi mencionado anteriormente no valor de 648,40 euros.

## 7. Custos de empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os



encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos estão classificados como passivos correntes, pois a SDEA não tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

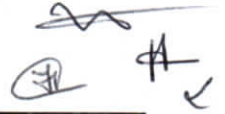
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo desta rubrica apresentava-se como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Conta corrente caucionada	500.000,00	100.000,00
Cartão de crédito	1.014,38	0,00
	<u>501.014,38</u>	<u>100.000,00</u>

A conta corrente caucionada é renovada semestralmente, tem o limite contratado de 750.000€, venceu juros à taxa Euribor a seis meses acrescido de um spread de três virgula setenta e cinco por cento.

### 13. Rendimentos de Transações sem contraprestação

O governo e muitas outras entidades do setor público obtêm a maioria do seu rendimento de transações sem contraprestação. Essas transações incluem fundamentalmente impostos, contribuições e transferências. As transferências podem ser em dinheiro ou em espécie e abrangem, por exemplo, subsídios, perdão de dívidas, multas, ofertas, donativos ou bens e serviços em espécie.



Conceptualmente, para efeitos desta Norma, transações sem contraprestação são transações em que uma entidade:

- i. Recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual; ou
- ii. Entrega valor a outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

As transações sem contraprestação podem contemplar 3 situações distintas:

- i. Em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos, mas não entrega como retorno qualquer retribuição (por exemplo, impostos) ou entrega apenas uma retribuição simbólica.
- ii. Noutras transações sem contraprestação a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos (por exemplo, propinas, taxas moderadoras). Nestes casos, a entidade deve determinar se existe uma combinação de transações com contraprestação e sem contraprestação, e cada componente da transação deve ser reconhecida separadamente de acordo com a respetiva Norma.
- iii. Há ainda outras transações em que não é imediatamente claro se são transações com contraprestação ou sem contraprestação. Nestes casos, uma análise acerca da substância da transação determinará se são transações com contraprestação ou transações sem contraprestação. Por exemplo, a venda de bens é geralmente classificada como uma transação com contraprestação. Se, contudo, a transação é realizada por um preço subsidiado, isto é, um preço que não é aproximadamente igual ao justo valor dos bens vendidos, essa transação cai dentro da definição de transação sem contraprestação.

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.



Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da atividade da SDEA, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos por investimentos em ativos fixos tangíveis efetuados pela APIA, transitaram em capital próprio para a SDEA e foram subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios de 2018 e 2017, têm a seguinte composição na demonstração de resultados:

**a) Transferências e subsídios correntes obtidos**

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Contrato Programa	2.293.400,00	2.160.000,00
Subsídio RAA Emprego	6.600,00	15.339,50
Outros Subsídios	2.230,72	2.961,60
	<u><b>2.302.230,72</b></u>	<u><b>2.178.301,10</b></u>

**b) Outros rendimentos e ganhos**

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	3,20
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1,64	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	0,00	96,84
Outros rendimentos e ganhos	11.972,60	20.719,97
	<u><b>11.974,24</b></u>	<u><b>20.820,01</b></u>

**16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a alteração em taxas de câmbio tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	1.002,45	0,00
	<u>1.002,45</u>	<u>0,00</u>

**17. Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão em 15 de março de 2019 pelo conselho de administração da SDEA.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**18. Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "instrumentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u> <u>Corrente</u>	<u>31-Dez-17</u> <u>Corrente</u>
Fundos		
Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC)	2.431.663,07	0,00
Fundo de Dívida e Garantias (FD&G)	2.431.663,07	0,00
Outros (FCT)	9.087,49	6.727,08
	<u><b>4.872.413,63</b></u>	<u><b>6.727,08</b></u>

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 69/2017, de 5 Julho, foi celebrado em 2017/2018 outro contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SDEA, EPER, cujo aditamento foi assinado em 30 de novembro de 2017, para a criação de duas participações financeiras em dois fundos, o FC&QC e o FD&G, que são detidos pela SDEA, EPER, mas geridos pelo Instituto financeiro de Desenvolvimento (IFD).

#### **19. – Benefícios dos empregados**

Os benefícios dos empregados para efeitos desta Norma são todas as formas de retribuição que a SDEA faz aos seus empregados como contrapartida dos serviços que estes lhe prestam durante um determinado período de tempo.

Estes benefícios incluem benefícios em dinheiro tais como ordenados e salários (incluindo férias e subsídio de férias), baixas médicas e gratificações de desempenho, e benefícios em espécie tais como cuidados médicos, alojamento, automóvel e telemóvel.

Estes benefícios são liquidados de imediato após a prestação do serviço ou no prazo de um ano após a data de relato. Assim, o reconhecimento destas



responsabilidades da SDEA é relativamente simples pois o seu apuramento é linear e é feito por quantias nominais.

## 20. Divulgações de partes relacionadas

### 20.1 – Divulgação de controlo

A Região Autónoma dos Açores é detentora de 100% do capital social da SDEA.

### Outras Divulgações

#### Ativo

##### i. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Comparticipação de despesas com remunerações	147.392,56	142.974,02
Terceira Tech Island	134.716,88	0,00
Contrato Programa APIA	320.217,53	320.217,53
IFFRU 2020	452.306,25	0,00
Regus - Caução	560,00	0,00
Pessoal	500,00	600,00
Outros	1.703,04	4.618,80
Total	<u><b>1.057.396,26</b></u>	<u><b>468.410,35</b></u>

Relativamente ao Contrato-Programa, celebrado em 2018, com vista ao exercício das atividades específicas da SDEA, prossecução do seu objeto e realização das suas atribuições, foi recebido, o montante global de 2.293.400€.

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 69/2017, de 5 Julho, foi celebrado em 2017 um segundo contrato programa com a finalidade da SDEA articular junto da Autoridade de Gestão do Programa Operacional dos Açores 2020 e com o IFD – Instituição Financeira para o Desenvolvimento, SA e a Estrutura de Gestão do IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, as operações materiais correspondentes ao desenvolvimento de instrumentos financeiros cofinanciados por verbas dos fundos estruturais e de investimento. Em 2017, foi transferido o montante de 452.306,25€, o qual no final da operação deverá ser devolvido à SDEA, EPER.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 320.217,53€ referente ao Contrato-Programa, em conformidade com a Resolução n.º 75/2010, de 19 de maio, Resolução nº 31/2011, de 4 de março e Resolução n.º 69/2012, de 21 de maio.

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2018 de 6 de Junho, foi celebrado um contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SDEA, EPER, cujo aditamento foi assinado em 07 de julho de 2018, para gestão do Projeto Terceira Tech Island, cujo valor realizado foi de 134.716,88€.

A Administração não reconheceu qualquer saldo que evidencie dificuldades de recuperabilidade não sendo necessário proceder à constituição de imparidades.

## ii. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Gastos a reconhecer		
GR-Rendas	344,40	1.514,85
GR-Seguros	13.766,29	16.378,67
Outros gastos a reconhecer	<u>0,00</u>	<u>18.856,87</u>
	<b><u>14.110,69</u></b>	<b><u>36.750,39</u></b>

Estes valores respeitam sobretudo a gastos com seguros, que são pagos antecipadamente.

## Passivo

### i. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Fornecedores conta corrente	190.658,56	110.857,43
	<u><b>190.658,56</b></u>	<u><b>110.857,43</b></u>

### ii. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	6.512,19	6.362,55
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	12.219,97	14.623,82
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	412,13	3.882,43
Segurança Social	18.290,93	16.748,85
Caixa Geral de Aposentações	3.832,92	7.356,99
ADSE	447,99	806,16
Fundo de compensação do trabalho e Fundo Garantias	248,31	342,63
	<u><b>41.964,44</b></u>	<u><b>50.123,43</b></u>



Os valores em saldo credor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos foram liquidados em 2019 e respeitam aos descontos e retenções do mês de dezembro e às declarações periódicas de IVA de Novembro e Dezembro que são entregues e liquidadas em 2019.

### iii. Fornecedores de Investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “fornecedores de investimento” tinha a seguinte composição:

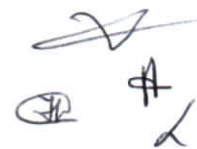
	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de Investimentos	1.484,92	0,00
	<b><u>1.484,92</u></b>	<b><u>0,00</u></b>

### iv. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Remunerações a liquidar	145.204,74	142.974,02
Outros acréscimos de gastos	124.153,55	137.290,99
Pessoal	754,66	1.175,02
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	2.354,88	1.927,01
Outros Credores	28.118,60	1.104,25
	<b><u>300.586,43</u></b>	<b><u>284.471,29</u></b>

Outros acréscimos de gastos incluem diversos gastos de Fornecimentos e serviços externos reconhecidos em 2018, cujas faturas foram emitidas no ano seguinte.



## 21. Capital Realizado

A SDEA tem um capital estatutário de 50.000€, detido pela Região Autónoma dos Açores totalmente realizado.

## 22. Reservas

A rubrica de Outras reservas contempla o saldo do Capital próprio da APIA, que na data da sua extinção era no montante de 50.422,63€ e incluía um subsídio ao investimento de 25.105,69€ para financiamento dos ativos fixos tangíveis que transitaram para a SDEA. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos nesta rubrica resumem-se a:

	<u>Saldo em 01-Jan-18</u>	<u>Transferência p/ Resultados</u>	<u>Saldo em 31-Dez-18</u>
<b>Outras Reservas</b>			
Reserva de fusão	25.118,19	0,00	25.118,19
Outras Variações de Capital Próprio			
Subsídio	1.777,15	-1.777,15	0,00
Impostos Diferidos	-325,22	325,22	0,00
	<u><b>26.570,12</b></u>	<u><b>-1.451,93</b></u>	<u><b>25.118,19</b></u>

	<u>Saldo em 01-Jan-17</u>	<u>Transferência p/ Resultados</u>	<u>Saldo em 31-Dez-17</u>
<b>Reservas</b>			
Reserva de fusão	25.118,19	0,00	25.118,19
Outras Variações de Capital Próprio			
Subsídio	5.661,43	-3.884,28	1.777,15
Impostos Diferidos	-990,80	665,58	-325,22
	<u><b>29.788,82</b></u>	<u><b>-3.218,70</b></u>	<u><b>26.570,12</b></u>

A rubrica de Outras reservas contempla o saldo do Capital próprio da APIA, que na data da sua extinção era no montante de 50.422,63€ e incluía um subsídio ao investimento de 25.105,69€ para financiamento dos ativos fixos tangíveis que transitaram para a SDEA. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos nesta rubrica resumem-se a:

### **23. Resultados transitados**

Por decisão das Assembleias Gerais, que aprovaram as contas de exercícios anteriores, foi decidido que os resultados líquidos referentes a esses exercícios fossem transferidos para a rubrica "Resultados transitados".

### **24. Outras variações no Património Líquido**

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 69/2017, de 5 Julho, foi celebrado em 2017/2018 outro contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SDEA, EPER, cujo aditamento foi assinado em 30 de novembro de 2017, para a criação de duas participações financeiras em dois fundos, o FC&QC e o FD&G, que são detidos pela SDEA, EPER, mas geridos pelo Instituto financeiro de Desenvolvimento (IFD) no valor de 5.000.000,00 €.

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 69/2017, de 5 Julho, foi celebrado em 2017 outro contrato programa entre a Região Autónoma dos Açores e a SDEA, EPER, cujo aditamento foi assinado em 30 de novembro de 2017, no valor de 452.306,25€.

### **25. Fornecimentos e serviços externos**



A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Subcontratos	0,00	0,00
Trabalhos especializados	398.636,24	422.035,92
Publicidade e propaganda	453.405,44	241.333,04
Honorários	38.297,94	47.895,95
Comissões	1.209,23	0,00
Conservação e reparação	3.038,94	2.653,37
Outros serviços especializados	10.500,00	0,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	648,38	3.242,20
Material de escritório	14.586,82	15.258,15
Outros materiais	1.475,25	4.307,25
Energia e fluídos	3.291,44	3.371,35
Deslocações, estadas e transportes	90.409,10	98.596,61
Rendas e alugueres	40.074,00	92.726,11
Comunicação	20.127,88	20.427,39
Seguros	15.190,18	15.641,28
Contencioso e notariado	300,00	1.726,50
Despesas de representação	9.312,53	7.054,55
Limpeza, higiene e conforto	6.607,10	4.645,10
Outros serviços	199,44	199,44
	<u><b>1.108.170,16</b></u>	<u><b>981.592,41</b></u>

## 26. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Impostos	3.252,73	3.333,37
Outros gastos e perdas	5.112,01	24.344,99
	<u><b>8.364,74</b></u>	<u><b>27.678,36</b></u>

### 27. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	10.106,34	0,00	10.106,34	11.652,07	0,00	11.652,07
Ativos intangíveis	8.201,36	0,00	8.201,36	18.341,27	0,00	18.341,27
	<b>18.307,70</b>	<b>0,00</b>	<b>18.307,70</b>	<b>29.993,34</b>	<b>0,00</b>	<b>29.993,34</b>

### 28. Juros e gastos similares suportados

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	19.400,49	22.671,70
Outros gastos e perdas de financiamento	4.779,91	4.877,86
	<b>24.180,40</b>	<b>27.549,56</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-24.180,40</b>	<b>-27.549,56</b>

### 29. Imposto sobre o rendimento

A SDEA encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa das entidades que não exercem a título principal uma atividade

comercial, industrial ou agrícola que é de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

### 30. Informações exigidas por diplomas legais

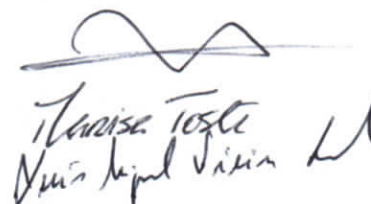
A SDEA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da SDEA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da SDEA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Handwritten signature of José Augusto Teste, with the name written below it.



## 9. Demonstrações Orçamentais

1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual								
Rubrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	<b>Receita corrente</b>		0,00 €	0,00 €				
R1	Receita fiscal							
R11	Impostos diretos							
R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências Correntes							
R51	Administrações Públicas							
R511	Administração Central - Estado							
R512	Administração Central - Outras entidades							
R513	Segurança Social							
R514	Administração Regional							
R515	Administração Local							
R52	Exterior - UE							
R53	Outras							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes							
	<b>Receita de capital</b>		7 995 984,00 €	7 995 984,00 €				
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências de Capital							
R91	Administrações Públicas							
R911	Administração Central - Estado							
R912	Administração Central - Outras entidades							
R913	Segurança Social							
R914	Administração Regional		796 075,00 €	796 075,00 €				
R915	Administração Local							
R92	Exterior - UE		7 199 909,00 €	7 199 909,00 €				
R93	Outras							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos							
	<b>Receita efetiva [1]</b>		0,00 €	0,00 €				
	<b>Receita não efetiva [2]</b>		0,00 €	0,00 €				
R12	Receita com ativos							
R13	Receita com passivos financeiros							
	<b>Receita total [3] = [1] + [2]</b>		0,00 €	0,00 €				

	<b>Despesa corrente</b>	<b>1 278 000,00 €</b>	<b>1 278 000,00 €</b>				
D1	Despesas com o pessoal	1 090 000,00 €	1 090 000,00 €				
D11	Remunerações certas e permanentes	868 500,00 €	868 500,00 €				
D12	Abonos variáveis ou eventuais	5 000,00 €	5 000,00 €				
D13	Segurança social	216 500,00 €	216 500,00 €				
D2	Aquisição de bens e serviços	188 000,00 €	188 000,00 €				
D3	Juros e outros encargos						
D4	Transferências correntes	32 000,00 €	32 000,00 €				
D41	Administração Públicas						
D411	Administração Central - Estado						
D412	Administração Central - Outras entidades						
D413	Segurança Social						
D414	Administração Regional						
D415	Administração Local						
D42	Instituições sem fins lucrativos						
D43	Famílias						
D44	Outras						
D5	Subsídios						
D6	Outras despesas correntes						
	<b>Despesas de capital</b>	<b>964 500,00 €</b>	<b>964 500,00 €</b>				
D7	Investimento						
D8	Transferências de capital	964 500,00 €	964 500,00 €				
D81	Administração Públicas						
D811	Administração Central - Estado						
D812	Administração Central - Outras entidades						
D813	Segurança Social						
D814	Administração Regional						
D815	Administração Local						
D82	Instituições sem fins lucrativos						
D83	Famílias						
D84	Outras						
D9	Outras despesas de capital						
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>2 242 500,00 €</b>	<b>2 242 500,00 €</b>				
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>5 721 484,00 €</b>	<b>5 721 484,00 €</b>				
D12	Despesa com ativos financeiros	5 721 484,00 €	5 721 484,00 €				
D13	Despesa com passivos financeiros						
	<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>	<b>7 963 984,00 €</b>	<b>7 963 984,00 €</b>				
	<b>Saldo total [3] - [6]</b>	<b>-7 963 984,00 €</b>	<b>-7 963 984,00 €</b>				
	<b>Saldo global [1] - [4]</b>	<b>-2 242 500,00 €</b>	<b>-2 242 500,00 €</b>				
	Despesa primária						
	Saldo corrente						
	Saldo de capital						
	Saldo primário						



1 - Demonstração do desempenho orçamental								
Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)					TOTAL	n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior	0,00 €	68 783,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	68 783,75 €	
	Operações orçamentais [1]		68 783,75 €				68 783,75 €	
	Restituição do saldo oper. Orçamentais							
	Operações de tesouraria [A]							
	<b>Receita corrente</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 600,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 600,00 €</b>	
R1	Receita fiscal							
R11	Impostos diretos							
R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências Correntes							
R51	Administrações Públicas							
R511	Administração Central - Estado							
R512	Administração Central - Outras entidades							
R513	Segurança Social							
R514	Administração Regional		6 600,00 €				6 600,00 €	
R515	Administração Local							
R52	Exterior - UE							
R53	Outras							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes							
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 305 374,24 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 305 374,24 €</b>	
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências de Capital		5 000 000,00 €				5 000 000,00 €	
R91	Administrações Públicas							
R911	Administração Central - Estado							
R912	Administração Central - Outras entidades							
R913	Segurança Social							
R914	Administração Regional		2 293 400,00 €				2 293 400,00 €	
R915	Administração Local							
R92	Exterior - UE							
R93	Outras							
R10	Outras receitas de capital		11 974,24 €				11 974,24 €	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos							
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 311 974,24 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 311 974,24 €</b>	
	<b>Receita não efetiva [3]</b>							
R12	Receita com ativos							
R13	Receita com passivos financeiros							
	<b>Receita total [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 380 757,99 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 380 757,99 €</b>	
	Operações de tesouraria [B]							



Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)					TOTAL	n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	<b>Despesa corrente</b>		<b>2 253 803,13 €</b>				<b>2 253 803,13 €</b>	
D1	<b>Despesas com o pessoal</b>		1 102 261,64 €				1 102 261,64 €	
D11	Remunerações certas e permanentes		870 922,29 €				870 922,29 €	
D12	Abonos variáveis ou eventuais		30 038,68 €				30 038,68 €	
D13	Segurança social		201 300,67 €				201 300,67 €	
D2	Aquisição de bens e serviços		1 108 170,16 €				1 108 170,16 €	
D3	Juros e outros encargos		32 545,14 €				32 545,14 €	
D4	Transferências correntes							
D41	Administração Públicas							
D411	Administração Central - Estado							
D412	Administração Central - Outras entidades							
D413	Segurança Social							
D414	Administração Regional							
D415	Administração Local							
D42	Instituições sem fins lucrativos							
D43	Famílias							
D44	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		10 826,19 €				10 826,19 €	
	<b>Despesas de capital</b>		<b>5 018 307,70 €</b>				<b>5 018 307,70 €</b>	
D7	Investimento		5 000 000,00 €				5 000 000,00 €	
D8	Transferências de capital							
D81	Administração Públicas							
D811	Administração Central - Estado							
D812	Administração Central - Outras entidades							
D813	Segurança Social							
D814	Administração Regional							
D815	Administração Local							
D82	Instituições sem fins lucrativos							
D83	Famílias							
D84	Outras		18 307,70 €				18 307,70 €	
D9	Outras despesas de capital							
	<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>7 272 110,83 €</b>				<b>7 272 110,83 €</b>	
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>		0,00 €				0,00 €	
R12	Despesa com ativos financeiros							
R13	Despesa com passivos financeiros							
	<b>Soma [7] = [6] + [5]</b>		<b>7 272 110,83 €</b>				<b>7 272 110,83 €</b>	
	<b>Operações de tesouraria [C]</b>							
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		478 316,17 €				478 316,17 €	
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		108 647,16 €				108 647,16 €	
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] + [C]		0,00 €				0,00 €	
	<b>Saldo global [2] - [5]</b>		<b>39 863,41 €</b>		<b>0,00 €</b>		<b>39 863,41 €</b>	
	Despesa primária							
	Saldo corrente							
	Saldo de capital							
	Saldo primário							
	Receita total [1] + [2] + [3]		7 380 757,99 €		0,00 €		7 380 757,99 €	
	Despesa total [5] + [6]		7 272 110,83 €		0,00 €		7 272 110,83 €	

Rubrica	Descrição	2 - Demonstração da execução orçamental da receita											Grau de execução orçamental			
		Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas		Recargas por cobrar no final do período (11)	Períodos anteriores (1.2)=(8)/(2)*1 00	Período corrente (1.3)=(9)/(2)*1 00			
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Período anteriores (8)	Período corrente (9)				Total (10) = (5) - (7)		
<b>Receita corrente</b>																
R1	Receta fiscal															
R11	Impostos diretos															
R12	Impostos indiretos															
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde															
R3	Taxas, multas e outras penalidades															
R4	Rendimentos de propriedade															
R5	Transferências Correntes															
R51	Administrações Públicas															
R511	Administração Central - Estado															
R512	Administração Central - Outras entidades															
R513	Segurança Social															
R514	Administração Regional															
R515	Administração Local															
R52	Exterior - UE															
R53	Outras															
R6	Venda de bens e serviços															
R7	Outras receitas correntes															
<b>Receita de capital</b>																
R8	Venda de bens de investimento															
R9	Transferências de Capital															
R91	Administrações Públicas															
R911	Administração Central - Estado															
R912	Administração Central - Outras entidades															
R913	Segurança Social															
R914	Administração Regional															
R915	Administração Local															
R92	Exterior - UE															
R93	Outras															
R10	Outras receitas de capital															
R11	Reposição não abaladas aos pagamentos															
R12	Ativos financeiros															
R13	Passivos financeiros															
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		7.995.984,14 €	0,00 €	2.293.400,00 €	0,00 €	2.293.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.293.400,00 €	0,00 €	2.293.400,00 €	0,00 €	#DIV/0!

Rubrica	Descrição	3 - Demonstração da execução orçamental da despesa										Grau de execução orçamental	
		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Períodos anteriores (11) = (6)/(2) x 100	Período corrente (12) = (7)/(2) x 100	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)					Total (8) = (6) + (7)
D1	Despesa corrente	252 511,49 €	0,00 €	0,00 €	2 293 350,40 €	2 245 599,98 €	1 993 088,49 €	2 245 599,98 €	47 750,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D11	Despesas com o pessoal	143 549,04 €			1 100 505,54 €	1 078 576,66 €	935 027,62 €	1 078 576,66 €	21 928,88 €	0,00 €			
D12	Remunerações certas e permanentes												
D13	Abonos variáveis ou eventuais												
D13	Segurança social												
D2	Aquisição de bens e serviços	108 962,45 €			1 165 651,44 €	1 143 270,79 €	1 034 308,34 €	1 143 270,79 €	22 380,65 €	0,00 €			
D3	Juros e outros encargos				27 193,42 €	23 752,53 €	23 752,53 €	23 752,53 €	3 440,89 €	0,00 €			
D4	Transferências correntes												
D41	Administração Públicas												
D411	Administração Central - Estado												
D412	Administração Central - Outras entidades												
D413	Segurança Social												
D414	Administração Regional												
D415	Administração Local												
D42	Instituições sem fins lucrativos												
D43	Famílias												
D44	Outras												
D5	Subsídios												
D6	Outras despesas correntes												
D6	Despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 000 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7	Investimento												
D8	Transferências de capital												
D81	Administração Públicas												
D811	Administração Central - Estado												
D812	Administração Central - Outras entidades												
D813	Segurança Social												
D814	Administração Regional												
D815	Administração Local												
D82	Instituições sem fins lucrativos												
D83	Famílias												
D84	Outras												
D9	Outras despesas de capital												
D10	Ativos financeiros												
D11	Passivos financeiros												
	TOTAL	252 511,49 €	0,00 €	0,00 €	7 293 350,40 €	2 245 599,98 €	1 993 088,49 €	2 245 599,98 €	47 750,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	



~~8~~  
A L

## 10. Relatório e Parecer do Fiscal Único

---

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**EXERCÍCIO DE 2018**

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SDEA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER, relativos ao exercício de 2018.


- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2018, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

**PARECER**

que o Conselho de Administração aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

 b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 21 de Fevereiro de 2019

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SDEA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.478.859 euros e um total de património líquido de 5.443.150 euros, incluindo um resultado líquido de 42.094 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.245.600 euros de despesa paga e um total de 2.293.400 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SDEA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER, em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Ênfase**


As demonstrações financeiras da SDEA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER até 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as mesmas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Estas demonstrações financeiras constituem, assim, as primeiras preparadas pela Empresa de acordo com o novo normativo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a  continuidade das atividades.

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 21 de Fevereiro de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)